



Sistema **OCB**

CNCOOP - OCB - SESCOOP

ANO VI • Nº 21 • SET./OUT. 2016

SABER COOPERAR

A REVISTA DO COOPERATIVISMO

Ermo Spada



NATUREZA COOPERATIVISTA

**JUSSARA MOREIRA, ELEUZA
PASSOS E MARIA INÊS
ASSUMPSÃO REFORÇAM O
TIME DE UMA COOPERATIVA
ALAGOANA ESPECIALIZADA EM
CULTIVO DE FLORES EXÓTICAS**

INTERCOOPERAÇÃO

**PROJETO DA OCB FORTALECE
COOPERATIVISMO NA ÁFRICA**

SUSTENTABILIDADE

**COOPERADOS MINEIROS INVESTEM EM
MATERIAL RECICLADO**



PRÊMIO
**SOMOS
COOP**

• MELHORES DO ANO •

Quem se destaca merece ser visto. E aplaudido.

Nesta edição, **221 cooperativas** concorreram ao Prêmio SOMOSCOOP. Um total **349 projetos** que mostram como o cooperativismo faz a diferença na vida de milhões de pessoas. Acesse o site do prêmio e conheça as iniciativas vencedoras.

www.premiosomoscoop.coop.br



Cooperativas
constroem um
mundo melhor



SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP



Aliança em todas as frentes

A caminho do fechamento de um ano marcado por desafios, o cooperativismo se fortalece ao investir no crescimento econômico e na qualidade de vida. Com intensa atuação da OCB e da Embrapa, um acordo entre Brasil e Botsuana, país africano de pouco mais de 2 milhões de habitantes, comprova o poder transformador da intercooperação. Nesta edição, você vai conhecer detalhes desse projeto bem-sucedido.

A prática da colaboração assinala o diferencial do engajamento cooperativista desde suas bases. É o que acontece com o Programa Fixo de Inovação, que, criado no Paraná, tem incentivado os funcionários de uma cooperativa agropecuária a encontrar soluções vitais para a economia local.

O olhar cooperativista para a produção e o incentivo à economia é diferenciado: fundamenta-se na consciência do cuidado com as fontes produtivas que, em escala maior, compõem o meio ambiente. Dois exemplos de que produtividade e sustentabilidade devem caminhar juntos se destacam neste número da *Saber Cooperar*.

Um é a Comflora, cooperativa alagoana que se especializou na produção de flores ornamentais. Tudo começou com uma associação, que aos poucos se expandiu e, desde 2002, vem formando mão de obra especializada no manejo de flores e folhagens tropicais.

Já no interior de São Paulo, a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec) desenvolveu a bioisca, produto que resolve um problema agrícola sem prejudicar o meio ambiente. A alternativa demonstra eficácia no combate às formigas cortadeiras, que estão entre as maiores pragas a devastar plantações.

Também é do ramo agro, importante braço do setor, o personagem desta edição: Ivo Vanderlinde, referência em termos de representatividade junto ao Congresso Nacional. Não por acaso, no meio político, ele é conhecido como “Senhor Cooperativa” e “Cooper Ivo”.

Na seção *Entrevista*, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, fala sobre fontes energéticas e ressalta a importância da participação cooperativista neste setor.

Para fechar uma boa leitura, acompanhe Roberto Rodrigues, que, nesta edição, retrata curiosidades de uma viagem ao Japão, ressaltando a riqueza e o respeito a diferenças culturais.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

presidente do Sistema OCB



SESCOOP CONSELHO NACIONAL

- Márcio Lopes de Freitas – presidente

REPRESENTANTES OCB

Região Centro-Oeste

- Celso Ramos Regis – Titular
- Roberto Marazi – Suplente

Região Norte e Nordeste

- Ricardo Benedito Khouri – Titular
- Malaquias Ancelmo de Oliveira – Suplente

Região Sudeste

- Ronaldo Ernesto Scucato – Titular
- Carlos André Santos de Oliveira – Suplente

Região Sul

- Luiz Vicente Suzin – Titular
- Leonardo Boesche - Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

- João Edilson de Oliveira - Titular
- Luizita Fonseca Leite Pina - Suplente

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Gabriella Boger Prado - Titular
- Najara Flauzino Ferro – Suplente

Ministério da Fazenda

- Aumara Bastos Feu Alvim de Souza – Titular
- Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho – Suplente

Previdência Social/ Ministério da Fazenda

- Dênio Aparecido Ramos - Titular
- Alex Pereira Freitas – Suplente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Deborah Virginia Macédo Arôxa - Titular

Ministério do Trabalho

- Natalino Oldakoski - Titular

CONSELHO FISCAL

REPRESENTANTES DA OCB

- Esthério Sebastião Colnago – Titular e presidente do Conselho Fiscal
- André Pacelli Bezerra Viana - Titular
- Jeferson Adonias Smaniotto – Suplente
- José Arilo Carneiro Pereira – Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

- Evaristo Lunz Gomes – Titular

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Pedro Alves Corrêa Neto – Titular
- Leonardo Abreu de Oliveira – Suplente

Ministério da Fazenda

- Ricardo da Costa Nunes – Titular
- Fábio José Pereira - Suplente

Previdência Social/ Ministério da Fazenda

- Benedito Adalberto Brunca – Titular
- Emanuel de Araújo Dantas – Suplente

SISTEMA OCB

No Brasil, o movimento cooperativista é representado oficialmente pelo Sistema OCB, composto por três entidades complementares entre si:

- ✓ **Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop)** - órgão de representação sindical das cooperativas, composto também por federações e sindicatos.
- ✓ **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)** - entidade representativa do cooperativismo no país, responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior.
- ✓ **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)** - integrante do “Sistema S”, responsável pela formação profissional, pela promoção social e pelo monitoramento das cooperativas.



Esta é uma publicação produzida com recursos do SESCOOP

Gerente de Comunicação
Daniela Lemke

Conselho Editorial
Adriano Trentin Fassine, Fernando Ripari, Juliana Gomes de Carvalho, Karla Oliveira, Malaquias Ancelmo de Oliveira, Neilson Claro, Renato Nobile, Rosana Vargas, Samuel Zanella Milléo Filho e Tânia Zanella

Jornalista responsável
Gabriela Prado (DRT/DF-6882)

Projeto gráfico, diagramação, redação, edição executiva, revisão e arte-final
Grupo Informe - Comunicação Integrada

Edição
Chico Neto
com Gabriela Prado

Reportagem
Dijanira Goulart, Luciana Barreto, Maria Alice Monteiro e Aurélio Prado (colaboração)

Diagramação
Vanessa Farias Kassabian

Versão digital
Diego Soares

Fotografia
Bruno Spada

Ilustrações
Luciana Bastos

Revisão
Beth Nardelli

Tiragem
12 mil exemplares

Impressão
Gráfica Athalaia

A revista *Saber Cooperar* é uma publicação do Sistema OCB, de responsabilidade do SESCOOP, distribuída gratuitamente.

Endereço: Setor de Autarquias Sul - SAUS Qd. 4 Bloco "T"
CEP 70070-936 - Brasília-DF (Brasil) • Tel.: +55 (61) 3217-2119
e-mail: revistasabercooperar@sescoop.coop.br

06

CONEXÃO COOPERATIVA

O que dizem as principais lideranças e personalidades ligadas ao meio cooperativista.

08

ENTREVISTA

O diretor da Aneel, André Pepitone, fala sobre fontes de energia e elogia cooperativismo.



16

COOPERANDO

Material que normalmente seria descartado se transforma em fonte de renda para cooperados.



SUMÁRIO

20

ESPECIAL

Projeto de intercooperação destaca trabalho da OCB junto a cooperativas de Botsuana, África.



26

BOAS PRÁTICAS

Produto desenvolvido em uma cooperativa de São Paulo combate pragas sem prejudicar a natureza.



30

NOSSO BRASIL

Cooperados alagoanos se juntam e aperfeiçoam cultivo e comércio de flores exóticas.



38

PERSONAGEM

Conheça as ideias de Ivo Vanderlinde, há 40 anos dedicado à causa cooperativista.

42

INOVAÇÃO

Programa incentiva funcionários a buscar soluções, beneficiando a cooperativa e a comunidade.

46

GOVERNANÇA

Interação entre unidades do Sescop é fomentada por sistema de autogestão.

50

ARTIGO

Raúl Colombetti, cooperativista argentino, fala sobre a importância dos intercâmbios comerciais.

52

FIQUE DE OLHO

Acompanhe o movimento e conheça as principais realizações das cooperativas de vários estados.

54

PELO MUNDO

Roberto Rodrigues, com seu humor peculiar, conta as aventuras vividas durante uma missão ao Japão.





“A governança está totalmente alinhada com os valores e princípios do cooperativismo, principalmente em relação à equidade e à transparência.”

MARISTELA NOGUEIRA LEÓNIDAS,
da Unimed Circuito das Águas, durante o lançamento do 4º ciclo do PDCG em Minas Gerais (Jornal Cooperação Abril)

“O cooperativismo é sinônimo de confiança, solidariedade e respeito. Sua busca é sempre pelo bem comum.”

DOMINGOS SÁVIO,
deputado federal (MG), representante do Ramo Crédito na Frencoop



“Seria impensável grupos de pequenos produtores locais conseguirem uma inserção internacional, como conseguiram, se não estivessem organizados em cooperativas.”

MARCELO CURADO,
economista e professor da Universidade Federal do Paraná (Revista Paraná Cooperativo)

Marli Vieira





“ A transferência de conhecimento e experiências do cooperativismo alemão para a realidade brasileira permite, muitas vezes, projetar cenários de aperfeiçoamento estrutural e operacional que podem contribuir substancialmente com os objetivos das cooperativas brasileiras. ”

MATTHIAS KNOCH,
diretor de projeto da DGRV no Brasil



A cooperação é aquilo que nos dá muito mais potência de vida e, nesse sentido, é algo que nos permite ser mais perenes. ”

MÁRIO SERGIO CORTELLA,
filósofo - durante o lançamento do
4º ciclo do PDCG, em Minas Gerais
(Jornal Cooperação Abril)

“ É importante reconhecer que o cooperativismo de crédito tem sido um forte aliado da economia nacional e é, certamente, um contribuinte indispensável para a retomada de crescimento do país. ”

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES,
diretor de Fiscalização do Banco Central



Energia para todos

Em seu segundo mandato como diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o engenheiro André Pepitone da Nóbrega é uma forte referência no setor. Após a conclusão do curso de engenharia civil pela Universidade de Brasília (UnB), fez pós-graduação em geotecnia, área na qual se destacou como especialista em regulação do setor de energia. Na Universidade George Washington, nos EUA, cursou especialização em Theory and operation of a modern national economy (em tradução livre, Teoria e funcionamento de uma moderna economia nacional). Nesta entrevista, ele discorre sobre as fontes de energia disponíveis no Brasil e o papel da Aneel na gestão de recursos capazes de garantir o abastecimento do país - setor em que também destaca a importância da participação do cooperativismo.



A organização dos consumidores em cooperativas pode ter um importante papel na difusão da geração distribuída no país. ”





Os impactos negativos do uso indiscriminado dos recursos naturais chegam hoje a um ponto alarmante, pois os reflexos adversos dos gases de efeito estufa já interferem na qualidade de vida das pessoas. Quais são as principais fontes de energia existentes?

As principais fontes de energia renovável existentes são quatro. A energia solar permite a conversão da radiação solar em energia, de forma direta, por meio do efeito fotovoltaico, ou de forma indireta, por intermédio de concentradores solares, aquecendo água e gerando vapor (energia heliotérmica). Já a energia eólica é resultado da conversão da energia cinética dos ventos, por meio de aerogeradores. A energia hidrelétrica, por sua vez, é aquela de potencial hidráulico, acumulado nos reservatórios de água. Há ainda a biomassa, que transforma qualquer tipo de matéria orgânica em energia. No Brasil, o tipo mais comum de biomassa é a que se pode ori-

ginar da cana-de-açúcar. Há ainda outras fontes energéticas menos difundidas, como a energia geotérmica, das marés, dos oceanos, hidrocínética da água e a fusão de hidrogênio.

Como é constituída atualmente a matriz energética mundial, e qual a importância das energias renováveis? E no Brasil?

De acordo com a plataforma *The Shift Project Data Portal*, em 2014, o mundo utilizou, como principal fonte de energia, os combustíveis fósseis, como 66% do total gerado. Seguem-se as fontes renováveis, com 24% da produção; e a energia nuclear, com 11% da geração. Também se registra um destaque para o aumento na produção de energia da fonte eólica, com 3% do total geral. No Brasil, segundo dados divulgados em abril deste ano pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foram produzidos 75,7% de toda a energia utilizada no país a partir da

fonte hidráulica, seguida de 19,4% de combustíveis fósseis, e 4,9% de origem eólica. Com relação à importância da presença de energias renováveis na matriz de energia elétrica, destaca-se que, além da contribuição à diversificação da matriz, aumentando a segurança do fornecimento, as fontes renováveis são ambientalmente corretas.

Existe uma estimativa do potencial das diferentes fontes de energias renováveis no mundo? E quais são as perspectivas para o Brasil?

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as fontes renováveis continuarão com forte presença na matriz elétrica brasileira, mantendo, até 2024, a participação de 84%. O PDE projeta ainda a continuidade da diversificação da matriz de energia elétrica, que, embora permaneça com predominância da fonte hidráulica, apresentará crescimento expressivo de outras renováveis. A perspectiva, para a energia solar centralizada, é de participação de 7 GW na matriz em 2024, o que representará 3,3% do total.

De que forma a Aneel colabora ou pode colaborar para o melhor aproveitamento das diferentes fontes de energias renováveis?

Dentre as ações ao alcance do regulador, posso citar a criação de incentivos para a contratação de fontes renováveis por meio da inserção de mecanismos contratuais nos contratos de comercialização de energia e de energia de reserva; a criação de “condomínios” para mitigação dos riscos inerentes às fontes, tal como o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); a criação de descontos diferenciados no uso das redes de distribuição e transmissão e, por fim, a regulamentação da comercia-

lização de energia de fontes alternativas com consumidores especiais, nos termos da Lei nº 9.427, de 1996.

Além disso, no âmbito do Programa de P&D regulado pela Aneel, inúmeras tecnologias já foram pesquisadas ao longo dos anos, e várias delas foram desenvolvidas ou aprimoradas, gerando conhecimento técnico-científico, capacitação profissional e laboratorial e subsídios para a instalação de base produtiva nacional. Na mesma linha, vários projetos pilotos ou experimentais, incluindo aplicações práticas e comerciais em diferentes contextos ou situações, são usados para avaliar o desempenho técnico econômico dessas tecnologias e subsidiar decisões de cunho político, legal, normativo, regulatório e comercial.

Quais os principais incentivos legais e regulatórios para o fomento da utilização de fontes alternativas de energia?

Existem inúmeros incentivos para a utilização de fontes alternativas. Com relação àqueles relacionados a centrais geradoras, posso destacar as alterações realizadas nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição (USD e TUST, respectivamente), que permitem a redução do valor cobrado para empreendimentos com potência injetada menor ou igual a 30 MW. Da mesma forma, posso citar a ampliação desse desconto, no caso de fonte solar fotovoltaica, para os dez primeiros anos de geração, se a entrada em operação comercial ocorrer até 31 de dezembro de 2017. Nesse leque, posso ressaltar também o aumento no alcance do desconto, para empreendimentos entre 30 e 300MW autorizados a partir de janeiro deste ano. Outro incentivo importante é a possibilidade, para geradores de fontes alternativas, com potência injetada menor que 50 MW, de comercializar energia com consumidores es-



peciais, que possuam carga entre 500 kW e 3.000 kW. Uma ação de grande impacto realizada pela Aneel foi a chamada de Projeto de P&D Estratégico 13/2011, intitulada “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”, que teve por objetivo o desenvolvimento científico e tecnológico da cadeia produtiva, a capacitação profissional e infraestrutura laboratorial de empresas e instituições de pesquisa, a redução de custos e aumento da competitividade e a promoção de aprimoramentos normativos, regulatórios, fiscais e tributários. Como resultado da iniciativa, estão em implantação 13 projetos, que representam 15,6 MWp de painéis fotovoltaicos, resultando em investimento de R\$ 252,6 milhões. Por fim, um incentivo essencial à inserção de novas fontes à matriz brasileira é a realização, pela Aneel, de leilões de energia de reserva específicos para determinadas fontes. Nessa esteira, em outubro de 2014 e em agosto e novembro de 2015, foram realizados três Leilões de Energia de Reserva (LER), que resultaram na contratação de 94 usinas fotovoltaicas, com a potência total de 2.652,8 MWp e a previsão de investimento de R\$ 12,9 bilhões. Com capacidade de geração de 681,2 MWh/h, a energia dessas usinas é suficiente para atender cerca de 6 milhões de pessoas no Brasil. Como perspectiva de curto prazo, está previsto, ainda para este ano, novo leilão para contratação de energia fotovoltaica centralizada. Acompanhando essa tendência, a energia eólica também deve ocupar um espaço maior, com 11,6% em 2024, respondendo hoje por 3,7% da matriz.

Qual o papel da geração distribuída no aproveitamento dessas diferentes fontes de energia?

A geração distribuída é caracterizada pela instalação de geradores de pequeno porte, normalmente a partir de fontes renováveis

ou mesmo utilizando combustíveis fósseis, localizados próximos aos centros de consumo de energia elétrica. De forma geral, a presença de pequenos geradores próximos às cargas pode proporcionar diversos benefícios para o sistema elétrico, entre os quais a postergação de investimentos em expansão nos sistemas de distribuição e transmissão; o baixo impacto ambiental; a melhoria do nível de tensão da rede no período de carga pesada e a diversificação da matriz energética. Por outro lado, há algumas desvantagens associadas ao aumento da quantidade de pequenos geradores espalhados na rede de distribuição, como o aumento da complexidade de operação da rede, a dificuldade na cobrança pelo uso do sistema elétrico, a eventual incidência de tributos e a necessidade de alteração dos procedimentos das distribuidoras para operar, controlar e proteger suas redes.

Ainda sobre esse tema, qual é a perspectiva atual para que o consumidor brasileiro possa produzir sua própria energia?

Especificamente relacionada à geração distribuída, destaco a instauração do regulamento que criou o sistema de compensação de energia elétrica em 2012. O consumidor brasileiro passou a poder gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis e fornecer o excedente de geração para a rede de distribuição de sua localidade, usando-o para reduzir sua fatura de energia elétrica. Esse modelo é conhecido pelo termo em inglês *net metering*. No fim de 2015, foram realizadas alterações na metodologia, que entraram em vigor em 1º de março deste ano e tornaram a geração distribuída ainda mais atraente, por meio da ampliação do limite de potência instalada de 1 MW para 5 MW, do aumento do prazo de validade dos créditos de 36 para 60 meses, sendo que eles podem também ser usados



Além da contribuição à diversificação da matriz, aumentando a segurança do fornecimento, as fontes renováveis são ambientalmente corretas. ”

para abater o consumo de unidades consumidoras do mesmo titular situadas em outro local, desde que na área de atendimento de uma mesma distribuidora. Esse tipo de utilização dos créditos em outra unidade consumidora do mesmo titular é denominado “autoconsumo remoto”. Há ainda a possibilidade de geração em condomínios (empreendimentos de múltiplas unidades consumidoras) e da geração compartilhada, que permite a união de diversos interessados em consórcios ou cooperativas para a geração de energia.

Houve avanços no que se refere a programas de redução de tributos?

Merece destaque o enquadramento de empreendimento com fontes alternativas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que permite a suspensão das contribuições PIS/Pasep e Confins na venda ou importação de equipamentos destinados à geração de energia.

No aspecto tributário, também é relevante destacar a instituição, em 2015, do convênio Confaz 16/15, que estabelece a isenção de ICMS nas operações de energia produzida por geração distribuída. Esse convênio se encontra vigente em 20 estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Ron-



Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as fontes renováveis continuarão com forte presença na matriz elétrica brasileira, mantendo, até 2024, a participação de 84%. ”

dônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal. Além disso, a Lei nº 13.169, de 2015, reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a energia elétrica transacionada no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

Outra ação importante do governo federal foi o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia (ProGD), pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em dezembro de 2015, com o objetivo de aprofundar as ações de estímulo à geração de energia pelos próprios consumidores (residencial, comercial, indústria e agropecuária), com base em fontes renováveis - em especial, a solar fotovoltaica. Por fim, destaco a Lei nº 13.203, de 2015, que permitiu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar, com taxas diferenciadas, os projetos de geração distribuída em hospitais e escolas públicas. Apesar de todos esses incentivos, existem ainda alguns desafios que precisam ser superados para permitir o avanço da energia solar, tais como o aumento da divulgação das possibilidades estabelecidas pelo sistema de compensação de energia elétrica, em especial as novas alternativas trazidas em 2015 pela Resolução Aneel nº 687 - geração em condomínios e geração compartilhada, e a ampliação do convênio Con-

faz no 16/2015, cuja isenção se aplica somente às modalidades de geração distribuída na mesma unidade consumidora ou de autoconsumo remoto (mesmo titular), e é limitada a instalações com menos de 1 MW de potência instalada.

Na prática, quais são os efeitos registrados da geração distribuída?

Desde 17 de abril de 2012, quando a Aneel criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade.

A Resolução Normativa nº 482, de 2012, estabeleceu as condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, e criou o sistema de compensação de energia elétrica correspondente. Com o objetivo de reduzir os custos e o tempo para a conexão da micro e minigeração, compatibilizar o sistema de compensação de energia elétrica com as condições gerais de fornecimento (Resolução Normativa nº 414/2010), aumentar o público alvo e melhorar as informações na fatura, a Resolução Normativa nº 687/2015 revisou a REN nº 482/2012 e a seção 3.7 do Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição de Energia

Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (Prodist).

Quais as principais diferenças entre minigeração e microgeração de energia?

Conforme disposto nesses regulamentos, a micro e a minigeração distribuída consistem na produção de energia elétrica a partir de pequenas centrais geradoras que utilizam fontes renováveis de energia elétrica ou cogeração qualificada, conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras. Para efeitos de diferenciação, a microgeração distribuída refere-se a uma central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 quilowatts (kW), enquanto que a minigeração distribuída diz respeito às centrais geradoras com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 megawatt (MW), para a fonte hídrica, ou 5 MW para as demais fontes.

Na geração distribuída, o protagonismo do consumidor é um fator importante para que ele se torne um gerador de energia renovável. Neste contexto, a organização dos consumidores em cooperativas pode ser um diferencial?

A organização dos consumidores em cooperativas pode ter um importante papel na difusão da geração distribuída no país, dado que a cooperativa criada pode deter uma central gerado-



Inúmeras tecnologias já foram pesquisadas ao longo dos anos, e várias delas foram desenvolvidas ou aprimoradas, gerando conhecimento técnico-científico, capacitação profissional e laboratorial e subsídios para a instalação de base produtiva nacional. ”

ra de até 5 MW (3 MW se a fonte for hídrica) e usufruir dos créditos gerados para reduzir as faturas de energia nas unidades consumidoras dos cooperados. Além disso, a cooperativa tem condições de obter melhores opções de financiamento, dado que o porte da central geradora tende a ser maior. Assim, os custos totais para cada cooperado tendem a ser menores do que para um consumidor individual, e os gastos com manutenção acabam sendo diluídos entre os participantes.

Quais as perspectivas para a geração distribuída em relação ao número de conexões, tecnologias e fontes?

Considerando as novidades trazidas após a edição das resoluções da Aneel, a Agência prevê um forte crescimento da geração distribuída no país nos próximos anos. Apesar do pequeno número de conexões até o momento – pouco mais de 4 mil unidades consumidoras –, o perfil de crescimento da geração distribuída é promissor. Em 2024, a expectativa é que mais de 1,2 milhão de consumidores gerem a própria energia, totalizando capacidade instalada superior a 4.500 megawatts (MW) – o que corresponde ao abastecimento de um estado como o de Santa Catarina. Confirmada essa projeção, a produção nacional dos equipamentos poderá se viabilizar, haja vista a demanda e os ganhos de escala. ■



Descarte se transforma em utilidade

Cooperárvore, de Minas Gerais, fomenta a inclusão social de seus cooperados e colabora com a preservação do meio ambiente

Transformar o que seria lixo em bolsas, carteiras, chaveiros, mochilas e malas é o principal trabalho desenvolvido pela Cooperativa Social do Programa Árvore da Vida (Cooperárvore), localizada no bairro de Jardim Teresópolis, em Betim (MG). A cooperativa comercializa produtos criados a partir de materiais de descarte que, doados por algumas empresas, passam a ser matéria prima nas mãos dos associados.

A presidente da cooperativa, Iracema Pereira, diz ter orgulho de trabalhar com reutilização. “Reaproveitar e transformar esse material em algo novo e útil é uma coisa maravilhosa”, exalta. “Com o nosso trabalho, também colaboramos para a preservação do meio ambiente. Outro ponto que nos traz muita satisfação é a aceitação dos nossos produtos pelo mercado consumidor. É muito bom ver a reação das pessoas quando têm o primeiro contato com as nossas peças, que são diferenciadas. Os elogios são frequentes e a gente fica muito feliz por isso.”



Iracema está à frente da Cooperárvore desde sua fundação, em 2005. “Quando recebi a proposta de criar a cooperativa, fiquei um pouco temerosa, mas topei o desafio”, conta. “Eu já havia trabalhado em outros lugares, mas era a primeira vez que iria cuidar de um negócio do qual também seria dona. Fiquei encarregada de procurar 23 mulheres no bairro que quisessem fazer o curso para montar a nossa cooperativa, fomos capacitadas e foi assim que tudo começou.”

Inicialmente, lembra, a proposta se restringia a complementar a renda familiar das mulheres do bairro, mas as ações tomaram vulto. Com acesso a cursos e seminários de capacitação, os cooperados foram se qualificando profissionalmente. “Os benefícios da cooperativa não atingem somente a nós cooperados, mas a toda região”, resume. “Com o tempo, descobrimos

a importância de oferecer cursos a fim de melhorar também a realidade social da nossa comunidade, além de despertar a consciência ambiental em cada morador.”

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Associada da Cooperárvore desde 2013, Suelen Silva lembra que a utilização de recursos reaproveitados gera redução de gastos no momento de produzir uma peça. “Poder usar um material que iria para o lixo é algo muito bom”, avalia. “Se não fosse dessa forma, para fazer uma bolsa eu teria que gastar para comprar a matéria-prima de produção. Já com produtos recicláveis, além de não termos que gastar, ainda podemos dar destino útil a algo que iria para o lixo e desenvolver nossa consciência ecológica.”

Suelen afirma que se tornar uma cooperada foi uma forma de

inserção no mercado de trabalho. “Eu conheci a cooperativa por intermédio de amigas que eram associadas. Com a saída de uma cooperada e por já trabalhar com costura, fui indicada para participar das atividades da Cooperárvore. Na minha vida, a cooperativa foi algo essencial, pois à época eu fazia faculdade e precisava de um horário de trabalho bem maleável. Aqui eu tive a oportunidade de trabalhar dessa forma. Graças a isso, hoje sou uma profissional com curso superior e pude melhorar as minhas condições de vida.”

Assim como Iracema, Suelen considera que a atuação da cooperativa favoreceu o desenvolvimento da região. Ela relata que o trabalho é feito de uma forma equilibrada. Hoje ela desenvolve o trabalho de costura e também participa do processo de criação de protótipos - peças que servem de modelo para produção de outros



artigos. “Nós mesmas criamos os primeiros modelos de peças que vamos produzir. As cooperadas têm as ideias e, em conjunto, nós confeccionamos o produto.

Vejo isso como uma oportunidade de desenvolver a nossa criatividade.”

LIBERTAÇÃO

Claudinéia Alvarenga, associada da Cooperárvore desde 2006, era diarista e, incentivada pela irmã, passou a trabalhar na cooperativa em dias de folga, inicialmente para reforçar a equipe encarregada de entregar uma encomenda de grande porte. Concluído o trabalho, surgiu o convite para se associar. No começo, conta, teve receio de abandonar a profissão de diarista para se dedicar à cooperativa e não receber o suficiente para

se manter. Com o passar do tempo, foi se dedicando mais às atividades da Cooperárvore e participando de cursos, seminários e palestras. Atualmente, trabalha na área de artesanato, setor que inicia e finaliza o processo de produção e de ornamentação dos produtos, posteriormente embalados e encaminhados ao consumidor final.

“Eu vivia uma realidade muito difícil, repleta de violência, com vários problemas, e me via sem saída, sem condições de mudar aquela realidade”, revela. “Quando comecei a me aproximar mais da cooperativa e a entender melhor o trabalho empreendido pela instituição, minha mente se abriu para um mundo completamente diferente. Hoje sou uma mulher mais livre, conheci novas pessoas, novos lugares. Dentro da cooperativa, tive várias oportunidades para crescer, aproveitei essas oportunidades e por isso sou uma pessoa melhor, mais feliz.”

BENDITO FRUTO

O único homem da cooperativa, Alexandre Tadeu, está associado à Cooperárvore desde 2013. Inicialmente, atuava como prestador de serviços, mas acabou se associando. “Eu já fazia alguns serviços para a cooperativa, mas de forma autônoma. O meu trabalho foi gerando bons resultados e isso culminou no convite para que eu me tornasse um cooperado”. Na Cooperárvore, Tadeu desenvolve peças a partir da técnica do *silkscreen*, processo de transferência de estampas para os produtos confeccionados pelas cooperadas.

Alexandre explica que esse trabalho é feito de maneira artesanal, peça por peça, característica que valoriza os produtos, transformados em artigos exclusivos. Entrar para a cooperativa, destaca, foi essencial em sua trajetória. “Aqui dentro tive várias oportunidades para me aperfeiçoar. Pude conhecer novas maneiras de fazer o meu trabalho e, através de cursos, aprender outras técnicas de *silkscreen*”.

Alexandre é testemunha das melhorias conquistadas pela comunidade após a criação da cooperativa: “Desde que a Cooperárvore começou a funcionar, pude perceber que muita coisa mudou para melhor aqui, principalmente para a nossa comunidade, que passou a ter acesso a vários cursos. Muitas pessoas daqui do bairro foram beneficiadas e conseguiram boas colocações no mercado de trabalho”.

O aumento da conscientização ambiental local é outro fator que ele resalta como contribuição da Cooperárvore. “Antes, a nossa visão aqui no bairro era de que lixo era lixo e tinha que ser jogado fora. Hoje nós pensamos diferente. Antes de descartar qualquer material, eu penso no que a gente pode fazer a partir disso. Aqui a gente não joga nada fora antes de pensar se dá para fazer alguma coisa com o material disponível. É muito importante esse método de reutilização, uma forma de estimular a nossa criatividade, pois o nosso trabalho não é apenas reutilizar um produto: aqui também ocorre um desafio criativo. Por exemplo: o que podemos criar a partir de um cinto de segurança que seria jogado fora?”

Claudinéia reforça a percepção de que o trabalho de reciclagem é uma forma de conscientizar todos sobre a necessidade de reaproveitar e criar coisas com material que seria descartado. “Reutilizar é uma forma de mostrar para as pessoas que muitas coisas podem deixar de ir para o lixo”, resume. “É também uma maneira de colaborar com a preservação do nosso meio ambiente, pois o mundo pode virar um caos por causa de tanto lixo e isso tem que começar dentro da nossa própria casa.” ■

PARCERIAS DO BEM

A Cooperárvore foi constituída em dezembro de 2005 e registrada em setembro de 2006. Está localizada em Betim, município integrante da região metropolitana de Belo Horizonte. Em sua formação, contou com o apoio de vários parceiros, como a Fiat, a Lear Corporation (empresa de forte atuação no mercado mundial do abastecimento de sistemas interiores automotivos) e a Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana/CDM, uma Organização não governamental (ONG) que atua em prestação de serviços sociais focados na redução da pobreza de comunidades carentes. A cooperativa utiliza materiais que seriam descartados por empresas para confeccionar acessórios e utensílios. Por ano, as cooperadas produzem uma média de 15 mil peças. Os produtos são comercializados não só na região, mas também podem ser adquiridos pelo site: <http://www.cooperarvore.com.br/#produtos>





Intercoopera é o caminho

Cooperar é um verbo que deve ser conjugado no coletivo e mostra, na prática, que vale a pena somar forças para dividir resultados. Botsuana, país africano com uma das menores densidades populacionais do mundo, economia ainda fragilizada e produção pouco diversificada, tem sido o cenário de um trabalho que aposta nesse poder transformador do cooperativismo. Um projeto de cooperação baseado na troca de experiências, empreendido pela OCB com outras instituições brasileiras e o governo de Botsuana, promete mudar a realidade daquela nação.

A parceria entre os dois países começou ainda em 2005, com a assinatura de um acordo bilateral voltado à capacitação de lideranças cooperativistas e de representantes de órgãos reguladores e promotores do cooperativismo no país africano. O objetivo? Investir em ações de transferência de conhecimento ajustando a realidade local à *expertise* e ao conhecimento brasileiro sobre a prática da cooperação, modelos de gestão e percepção de comercialização. Essa força-tarefa deu origem, em março de 2010, à iniciativa “Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Rural em Botsuana”, financiada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores) e executada pela OCB, com o apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

*Em ação conjunta, OCB
participa de um projeto
de fortalecimento do
cooperativismo na
África*

Ção





A gerente de Relações Institucionais da OCB, Fabíola Nader, ressalta a importância de estruturar um projeto dessa natureza em um país como Botsuana e a consequente promoção do desenvolvimento agrícola: “Nossa intenção é apresentar o cooperativismo como um caminho para esse desenvolvimento, um processo que vai empoderar os produtores, posicionando-os de forma autossuficiente e sustentável. A ideia é que eles sejam replicadores do modelo cooperativista no país, e que os agentes governamentais incluam a prática do cooperativismo na formação de políticas públicas locais”.

Nos últimos dois anos, essa troca de experiências ficou ainda mais in-

tensa, trazendo resultados concretos. O desafio de disseminar o modelo de negócio cooperativo para ajudar os agricultores locais a trabalharem com uma produção organizada e se colocarem no mercado tem sido cumprido. Desde 2014, ao longo de três visitas à República de Botsuana, representantes do Sistema OCB e da Embrapa têm ministrado cursos sobre gestão e planejamento em cooperativas e pós-colheita em hortaliças, respectivamente, a partir das experiências vivenciadas no Brasil. A constituição da Sociedade Cooperativa de Comercialização dos Produtores Hortícolas de Kweneng Norte, em novembro de 2015, é resultado do projeto.



Nossa intenção é apresentar o cooperativismo como um caminho para esse desenvolvimento, um processo que vai empoderar os produtores, posicionando-os de forma autossuficiente e sustentável. ”

FABÍOLA NADER,
gerente de Relações Institucionais da OCB





Nosso grande propósito é estimular a produção e o consumo interno, de modo sustentável e continuado, já que Botsuana ainda precisa importar alimentos. ”

GEÂNE FERREIRA,
gerente de Desenvolvimento Social do Sescoop



PRODUÇÃO E CONSUMO

Com a colaboração do governo botsuano, foram identificados produtores com o perfil cooperativista - conhecedores do mercado e das principais dificuldades para empreendimentos dessa natureza. Após esse mapeamento, desenharam-se planos de trabalho e de negócios. A gerente de Desenvolvimento Social do Sescoop, Geâne Ferreira, que esteve presente em todas as missões, inclusive na terceira visita ao país, em abril deste ano, reforça: “Nosso grande propósito é estimular a produção e o consumo interno, de modo sustentável e continuado, já que Botsuana ainda precisa importar alimentos”. Segundo ela, a receptividade ocorreu em todas as etapas. “Neste

ano, em cinco dias *in loco*, a abordagem foi mais no sentido da gestão cooperativista, já que eles têm uma carência de conhecimento e conteúdo sobre o tema”, complementa.

Entre as demandas expostas, destaca-se a necessidade de enfrentar as dificuldades no armazenamento e transporte da produção, tendo em vista que os itens são comercializados no mercado central da capital do país, que ainda não alcançou autossuficiência na produção de alimentos. Com a cooperativa estruturada e operante, as famílias e os associados potencializarão seus ganhos, passando a assumir de forma adequada e conjunta o transporte das suas próprias colheitas. A ideia é, ainda, encontrar um local apropriado para centralizar a coleta da produção dos cooperados.



Foi fantástico a OCB ter destacado representantes para virem aqui nos ensinar sobre o modo de planejar, gerir e constituir uma cooperativa. Pretendemos ir longe com essas informações. E que a OCB e o Brasil continuem empoderando a África. ”

KAGISO OBI NKAGO,

presidente da Sociedade Cooperativa de Comercialização dos Produtores Hortícolas de Kweneng Norte

COOPERADOS

As capacitações foram voltadas aos cooperados da Sociedade Cooperativa de Comercialização dos Produtores Hortícolas de Kweneng Norte, que conta com 14 famílias cooperadas. Participaram também membros do Ministério de Relações Exteriores, Agricultura e Comércio, além de professores da Escola Superior de Cooperativismo de Botsuana. Os cooperados integraram ainda uma série de visitas técnicas a órgãos públicos, embaixadas e propriedades rurais.

Geâne reitera o interesse do grupo que tem participado da capacitação, demonstrado em todas as atividades, em sala de aula e nas visitas técnicas, levantando questões pertinentes sobre o funcionamento e a gestão das cooperativas: “Nossa expectativa é que esse comprometimento e envolvimento por parte dos produtores resultem na viabilização do plano de trabalho que construímos de forma colegiada e participativa”.

Com a previsão de mais uma visita de caráter avaliativo, programada para o início de 2017, a ideia é fazer dessa experiência um modelo para as demais cooperativas do país. O processo segue, explica a gerente, “respeitando as especificidades de cada uma das cooperativas”.

PARCERIA VITORIOSA

Para o presidente da Sociedade Cooperativa de Comercialização dos Produtores Hortícolas de Kweneng Norte, Kagiso Obi Nkago, as ações conjuntas são primordiais. “Não dá para trabalhar sozinho”, avalia. “É fundamental termos um grupo único, unido, com diagnóstico e metas claras, a partir das nossas expectativas produtivas e econômicas.” O que eles mais desejam, reforça o líder, é comercializar a própria produção. “Nosso principal desafio é o mercado, afinal o produto final esperado é o retorno financeiro.”

Nkago também elogia o projeto de intercooperação: “Foi fantástico a OCB ter destacado representantes para virem aqui nos ensinar sobre o modo de planejar, gerir e constituir uma cooperativa. Pretendemos ir longe com essas informações. E que a OCB e o Brasil continuem empoderando a África”.

PAÍS DE TRADIÇÃO AGROPECUÁRIA

Localizado na região sul da África, Botsuana tem 39% dos 2 milhões de habitantes vivendo na zona rural. Sua extensão equivale ao estado da Bahia, mas com 85% do seu território cobertos pelo deserto do Kalahari. Do total populacional, 81% são analfabetos.

A capital, Gaborone, é a maior cidade do país. Sua economia se baseia fortemente na pecuária, bem como na produção de sorgo, milho, feijão, girassol e amendoim. Também são consideráveis as extrações de diamantes, cobre, níquel, sal, carbonato de potássio, carvão, ferro, prata e produção têxtil.

Os ramos mais representativos da vocação cooperativista no país são crédito, produção e consumo. Há ainda dois outros ramos que não existem no Brasil: multi-porpose, responsável pelo suprimento de *commodities* e serviços agrícolas; e marketing, com a finalidade de proceder a prospecções de mercados e liberação de crédito para produção.

No primeiro diagnóstico da missão, em 2011, os delegados atestaram grandes deficiências na gestão de negócios conduzidos pelos botsuaneses, além de uma resistência à cultura do cooperativismo e pouco apoio governamental para o desenvolvimento de novos projetos. Em documento elaborado para subsidiar o projeto, o próprio governo admitiu que as organizações agropecuárias de Botsuana - tanto as cooperativas quanto as associações - necessitam de um substantivo aporte técnico para a expansão produtiva.

A ação bilateral está trabalhando exatamente no sentido de ampliar não apenas esse aporte, mas também, e principalmente, a dimensão cooperativista. Aí se incluem a aquisição de conhecimentos apropriados para a gestão compartilha-

da e participativa de negócios, a percepção para o comércio e a capacidade organizativa dos produtores. Tudo para conferir a eles uma autonomia administrativa e possibilidades criativas e sustentáveis de gestão, bem como representatividade e legitimidade junto ao mercado e ao país.

“O modelo cooperativista traz uma proposta de construção coletiva pautada em valores como solidariedade, sustentabilidade e responsabilidade social, e pode mudar realidades atuando como um verdadeiro potencializador econômico e social. Esse é o nosso objetivo em Botsuana: transformar a realidade local”, destaca João Martins, analista de Relações Instituições da OCB, que também vem acompanhando de perto o projeto. ■

39% dos 2 milhões
de habitantes de Botsuana
vivem na zona rural





COOPERATIVA INVESTE EM BIOISCA

Na natureza, tudo se transforma - especialmente quando entra em ação a interferência do homem. Preocupada em combater a ação das formigas cortadeiras, espécie considerada uma das principais pragas agrícolas, a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec) preferiu apostar na sustentabilidade. Recusou o manejo tradicional dos produtos químicos e, durante mais de 10 anos, investiu em um projeto ecológico que resultou na bioisca. Trata-se de um formicida natural que, lançado em 2014, é produzido a partir de extratos de plantas - o que lhe permite o diferencial de erradicar um problema de maneira a não interferir no meio ambiente.

O presidente da cooperativa,

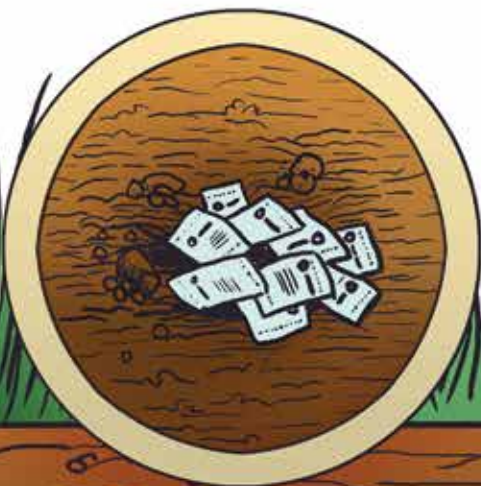
Maurício Miarelli, exalta a importância de se combater uma praga agrícola de forma sustentável: "Por ser uma inovação tecnológica no combate às formigas cortadeiras, a bioisca atenderá de forma eficiente às necessidades dos agricultores, tendo em vista que as iscas existentes atualmente no mercado têm se mostrado cada vez mais ineficazes, em função do sofisticado sistema organizacional das formigas". O novo método, acentua, é inofensivo também para quem o maneja. "A bioisca é um produto promissor, que certamente trará resultados à Cocapec e seus cooperados, sendo também, futuramente, uma alternativa de renda aos nossos associados, por meio do cultivo da matéria-prima que compõe o produto", explica.

DESENVOLVIMENTO

O responsável técnico pela inovação, Roberto Maegawa, lembra que a primeira etapa de desenvolvimento da bioisca durou três anos, tempo necessário para a validação do produto. Depois desse processo, em 2006, foi encaminhado o pedido de registro especial temporário de acordo com todas as normas de registro do governo. "Para isso, foram feitos testes que asseguraram a não agressão da flora e da fauna", conta. "Seguimos as mesmas exigências feitas a qualquer outro tipo de defensivo aqui no Brasil."

Hoje, a bioisca é registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Institu-

*Formicida natural
combate formigas
cortadeiras sem
prejudicar o meio
ambiente*





to Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Tem registro de produto fitossanitário com uso aprovado para a agricultura orgânica pela Coordenação de Agroecologia (Coagre) da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) e certificado emitido pelo IBD, empresa brasileira que desenvolve atividades de inspeção e certificação agropecuária, de processamento e de produtos extrativistas, orgânicos e biodinâmicos.

De acordo com Maegawa, além do mercado consumidor das reflorestadoras e das culturas orgânicas, a bioisca, que ele aponta como o único produto natural para o combate às formigas cortadeiras, é bastante competitiva também para a agricultura convencional. “Sua eficácia é totalmente garantida devido a uma composição que resulta em 100% de atratividade, o que possibilita que a isca atinja o formigueiro por inteiro”, detalha. “Hoje, o mundo apresenta essa tendência de trabalhar com produtos menos impactantes. Um exemplo disso é a agricultura orgânica, que vem crescendo muito. É muito gratificante saber que temos uma alternativa para o controle das formigas cor-

tadeiras segura, eficiente e ecologicamente correta.”

EFICÁCIA

O técnico explica que os pesticidas tradicionais não costumam ser eficientes, porque são percebidos pelas formigas. Organizadas, elas se protegem quando expostas a produtos químicos e não levam o pesticida às camadas mais profundas do formigueiro, onde fica a rainha, principal mantenedora da comunidade. Assim, mesmo após a interferência dos combatentes tradicionais, as formigas se reorganizam, voltam a procriar e danificam as plantações. Essa falsa impressão de controle, aponta Maegawa, é chamada de amoamento.

Por se tratar de um produto natural, a bioisca é imperceptível pelas cortadeiras, que vão se abastecendo até atingir totalmente o formigueiro. Quando isso acontece, pode-se dizer que houve o controle efetivo da praga. O princípio ativo da bioisca age no fungo, o principal item de alimentação das formigas. Quando o ingerem, elas não morrem, mas ficam atordoadas, opacas e incapazes de causar danos econômicos ao produtor. Is-



Sua eficácia é totalmente garantida devido a uma composição que resulta em 100% de atratividade, o que possibilita que a isca atinja o formigueiro por inteiro. ”

ROBERTO MAEGAWA,
responsável técnico pela inovação

so provoca uma desorganização da comunidade que resulta na efetiva eliminação do formigueiro.

É importante, acentua Maegawa, dar continuidade ao tratamento, principalmente para formigueiros mais antigos, onde a bioisca deve ser aplicada por um período de sete a 10 dias. “A descontinuidade influencia na eficácia do produto”, explica. “Estamos validando a bioisca em diversas universidades de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. Nossa intenção é conquistar também uma aprovação no âmbito científico, pois sabemos da importância de ter laudos que destacam a eficiência agrônoma do nosso trabalho.”

O MANEJO

Para aplicar o produto, é preciso calcular a área do formigueiro em metros quadrados, levando em conta o murundu (monte) e os olheiros (nichos de alimentação) à sua volta. A dosagem será 10g por m², aplicados de uma única vez. Quando não for possível dimensionar o tamanho do formigueiro, a opção é encher uma garrafa pet e deixar bem próxima do olheiro durante sete dias, tempo suficiente para que os insetos levem o pro-

duto para o formigueiro. Logo será possível perceber as formigas atordoadas, desorientadas, carregando paus e folhas secas, paralisando o processo de destruição. “Nosso grande desafio é ensinar aos produtores esse novo modo de aplicação do produto, com destaque para os casos de grandes formigueiros que necessitam da aplicação por um maior número de dias e sem interrupção”, ensina Maegawa.

Além de ser uma solução ecológica, a utilização de garrafa pet faz com que as sobras não sejam desperdiçadas, pois ficam armazenadas no recipiente, podendo ser utilizadas em outros pontos da propriedade. “A umidade é um dos principais fatores de perda da aplicação da bioisca”, prossegue o técnico. “Ela pode ser oriunda do sereno, da chuva ou até da própria irrigação da propriedade. Para evitar esse tipo de desperdício, a garrafa pet é a melhor solução, além de ser um produto que pode ser reutilizado.”

A bioisca está disponível em vendas na Bahia, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal. O produto também pode ser adquirido pelo site: <http://www.bioisca.com.br/>. ■



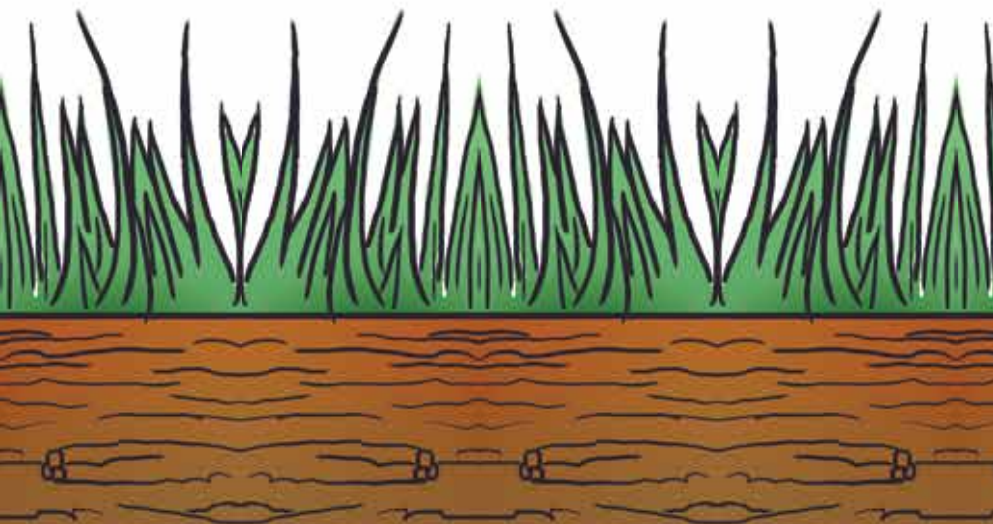
COCAPEC

A Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec) foi fundada em 1985, em Franca, São Paulo. Além da sede, a cooperativa possui cinco unidades, distribuídas nos municípios paulistas de Pedregulho e Cristais Paulista e, em Minas, nas cidades de Ibiraci, Capetinga e Claraval.



Atualmente, a cooperativa possui 2.438 cooperados e 268 empregados.

Veja mais sobre o assunto no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=VZcOwtrO6dU>






*Comflora,
em Alagoas, aquece o
comércio de plantas
ornamentais típicas da
vegetação tropical*



BELAS E LUCRATI



De longe, as cores e formas das orquídeas chamam atenção na propriedade da médica Eleuza Passos, a cerca de 30km de Maceió, capital alagoana. Uma das sócias-fundadoras da Cooperativa dos Produtores e Exportadores de Plantas, Flores e Folhagens Tropicais de Alagoas (Comflora), ela está entre os associados que, desde 2002, ajudam a destacar a excelência da cooperativa na comercialização de flores exóticas.

Com sede em Jaraguá, a Comflora, atualmente, tem 14 cooperados. Sua principal atividade é o cultivo e a comercialização de diversas espécies de plantas tropicais com finalidades ornamentais. Hoje a cooperativa comercializa cerca de 160 mil hastes, entre plantas, flores e folhagens - material utilizado na decoração de residências, lojas, escritórios e em eventos sociais, como casamentos, congressos, aniversários e reuniões empresariais.

São atividades que, além de assinalarem o dife-

rencial da cooperativa, contribuem para a preservação da natureza, pois tais espécies são típicas da região de Mata Atlântica do estado. Alagoas e Pernambuco, além de Ceará, estão entre os estados que se destacam na produção e na comercialização de plantas tropicais, prática que também ganha projeção em São Paulo - principalmente na cidade de Holambra - e no Rio de Janeiro.

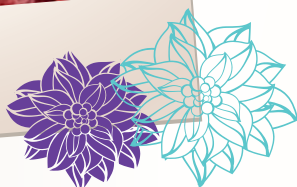
O INÍCIO

A Comflora surgiu da Floral, associação que tinha o objetivo de promover o intercâmbio de informações sobre o cultivo dessas espécies. Em pouco tempo, as atividades se expandiram e, a partir da abertura de comercialização, inclusive com outros países, a Floral evoluiu para uma cooperativa. Sua presidente, Maria Inês Assumpsão, participou de todo o processo de transição e lembra que o conceito de cooperativismo era algo novo para os associados. “Nesse período, promovemos palestras sobre o tema, pois queríamos mostrar como funcionava



VAS





Queremos atender desde as donas de casa que compram pequenas quantidades para ornamentar seus vasos até grandes empresas que trabalham com cerimoniais e eventos corporativos. Neste momento de crise, o importante é inovar. ”

MARIA INÊS ASSUMPÇÃO,
presidente da Comflora

esse novo modelo de gestão”, conta. “A fundação de uma cooperativa traria muito mais vantagens do que a abertura de uma empresa.” A ideia foi aceita pela maioria dos associados.

Em pouco tempo, as vendas chegaram ao auge, tanto para o mercado interno quanto para o externo. “O ano de fundação da Comflora, 2002, foi a melhor época da cooperativa”, lembra Maria Inês. “Eram tantos pedidos que, muitas vezes, precisávamos recusar. Quando vendíamos para outros países, era melhor ainda, pois o pagamento era feito em dólar.” O sucesso do empreendimento, explica, se deu pelo fato de a cooperativa investir em aquisição de conhecimentos. “Logo no início, promovemos vários cursos para melhor atender os clientes que já tínhamos. Também participamos de cursos de pós-colheita e de embalagem. Com isso, aprendemos técnicas que nos ajudaram a nos tornar profissionais qualificados.”

Mesmo em momentos de instabilidade econômica, a cooperativa segue em constante expansão. Inês afirma que a beleza exótica das espécies é um ponto favorável. “Nosso objetivo futuro é diversificar as atividades, a fim de conquistar novos públicos”, diz. “Queremos atender desde as donas de casa que compram pequenas quantidades para ornamentar seus vasos até grandes empresas que trabalham com cerimoniais e eventos corporativos. Neste momento de crise, o importante é inovar.”

DIA A DIA

O processo de produção começa com o plantio e a adubação. No tempo ideal, que varia de acordo com a espécie, faz-se a colheita e, na sequência, uma limpeza superficial em que os excedentes se transformam em adubo natural. Num segundo momento, o produto colhido é levado para um galpão onde é lavado, hidratado e preparado para o transporte até a cooperativa. Lá, as espécies ficam expostas para que sejam vendidas a granel ou em arranjos. Também são separadas as quantias para atender às encomendas. “Contamos com os nossos clientes”, resume Maria Inês, lembrando que flores são perecíveis. “Torcemos para ter mercado para aquela flor ou aquela folhagem. Se não tiver, a gente perde e a nossa produção vira lixo.”

EXPORTAÇÕES

As atividades de exportação da Comflora começaram no mesmo ano de sua fundação. À época, a cooperativa tinha um contato na Europa que divulgava o trabalho realizado pelos cooperados, e isso favorecia a expansão do mercado consumidor em vários países daquele continente. A cooperativa distribuiu suas plantas exóticas em Portugal, França, Holanda, Alemanha e Suíça.

“Fomos os pioneiros na exportação de plantas tropicais”, orgulha-se Maria Inês. “Começamos a exportar apenas as hastes e no fim já estávamos mandando para fora do país buquês prontos e já com código de barra. Isso para nós foi uma grande conquista, pois começamos com a cara e com a coragem. Tivemos que aprender muito. Para exportar, são exigidos padrões que vão desde a qualidade das flores e folhagens até a embalagem para transporte. Definimos esses padrões e repas-

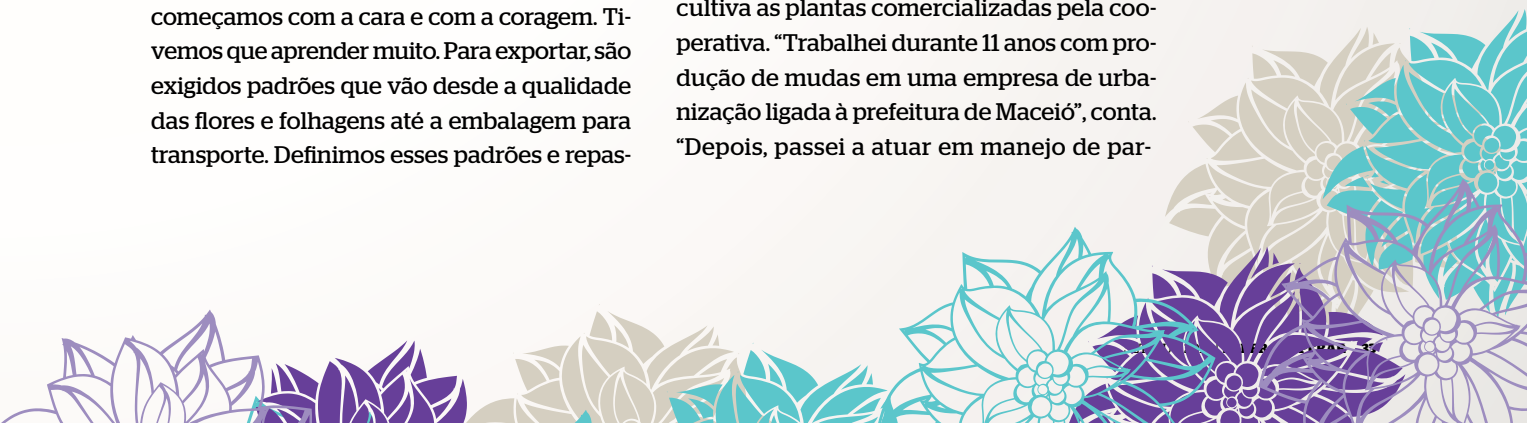
samos para todos os cooperados. No início, erramos muito, mas também acertamos muito. Trabalhar com exportação foi uma experiência muito boa para todos. As exigências do mercado externo fizeram com que crescêssemos como profissionais da floricultura.”

Em 2008, a crise econômica ocorrida na Europa afetou a Comflora, causando grande queda no número de pedidos feitos por outros países. Segundo Maria Inês, a burocracia exigida na documentação para exportar e as falhas de logística também contribuíram para esse quadro. Hoje, a cooperativa não exporta mais, e os cooperados buscam novas parcerias, procurando fornecer para empresas que promovem eventos e festas, floristas e decoradores.

AMOR AO TRABALHO

Mineira radicada em Alagoas há 34 anos, a engenheira agrônoma Jussara Moreira, uma das sócias fundadoras da Comflora, foi a primeira presidente da cooperativa. “Tenho muito orgulho de ter participado da fundação da Comflora, que ajudou a divulgar o padrão brasileiro de flores tropicais”, destaca. “Também criamos padrões para as embalagens, aperfeiçoamos os modelos de gestão e a parte legal do estatuto. Muitas cooperativas vieram nos visitar para aprender sobre o nosso funcionamento, o nosso dia a dia, e isso é gratificante.”

Jussara é dona de uma propriedade com 29 hectares a cerca de 20 km de Maceió. É nessas terras, reflorestadas em 50% com espécies nativas da Mata Atlântica, que ela cultiva as plantas comercializadas pela cooperativa. “Trabalhei durante 11 anos com produção de mudas em uma empresa de urbanização ligada à prefeitura de Maceió”, conta. “Depois, passei a atuar em manejo de par-





ques e jardins. Sai dessa empresa quando surgiu a oportunidade de comprar esse sítio. Então, pude me dedicar integralmente às minhas terras. Trabalhei duro para reflorestar essa propriedade com plantas nativas. Hoje, posso afirmar que sou muito feliz, pois trabalho com o que realmente gosto.”

Ela reforça a importância do momento em que a associação se voltou ao cooperativismo. “Quando deixamos de ser uma associação e passamos a fazer parte de uma cooperativa, adquirimos mais compromisso com o nosso negócio. Tivemos que nos profissionalizar, aperfeiçoar os processos de gestão por meio de cursos e de experiências de outras cooperativas.

Passamos a cuidar de todos os setores da cooperativa, o que engloba a área de marketing, de logística, a área administrativa, enfim, a gestão no sentido amplo - e isso nos tornou profissionais muito melhores.”

Jussara considera que a constituição da Comflora trouxe diversas melhorias para seus associados. “Só alcançamos essas conquistas nesses 14 anos de cooperativa porque trabalhamos em conjunto e com o espírito cooperativo sempre presente. Por isso, conseguimos crescer e hoje temos o nosso espaço no mercado. Nosso nome é respeitado e, apesar da crise, estamos buscando novos consumidores. Em grupo você consegue muito mais do que sozinho.”

UM RECOMEÇO

A médica Eleuza Passos voltou suas atenções às plantas tropicais logo depois de ter ficado viúva. Diz ter encontrado nas flores, plantas e folhagens um caminho para o recomeço, transformando sua vida. Em sua propriedade, a cerca de 30 km de Maceió, ela cultiva diversas espécies, entre as quais se destacam as orquídeas. “Sou completamente apaixonada pelas minhas orquídeas”, ressalta. “Há algumas delas que eu não vendo, não troco, não dou. São os meus xodós. Muitas vezes, eu brinco dizendo que as orquídeas são como filhas para mim.”

Eleuza vê os cooperados como membros de sua família e diz ser



Quando deixamos de ser uma associação e passamos a fazer parte de uma cooperativa, adquirimos mais compromisso com o nosso negócio.

JUSSARA MOREIRA,
sócia fundadora da Comflora





Logo no início da Comflora, promovemos uma excursão para a Costa Rica. Nossa intenção era aprender mais sobre as peculiaridades das plantas tropicais.

ELEUZA PASSOS,
sócia fundadora da Comflora

muito grata por tudo que aprendeu sobre o cultivo de plantas tropicais durante todos esses anos. “Logo no início da Comflora, promovemos uma excursão para a Costa Rica. Nossa intenção era aprender mais sobre as peculiaridades das plantas tropicais. Queríamos saber sobre técnicas de cultivo, de corte, formas de manipulação. Foi uma experiência muito interessante. Lá, tivemos contato com espécies que até então nunca havíamos visto. Trocamos experiências e acredito que todos aprendemos muito.”

EMPREGO E RENDA

Empregados que trabalham nas propriedades dos cooperados da Comflora são permanentemente treinados para aprimorar a mão de obra. É necessário conhecer as peculiaridades de cada uma das espécies, para que a colheita e o manejo sejam realizados de uma forma que não as danifique e a irrigação e adubagem ocorram na medida correta.

Ivanildo Miranda, funcionário de Eleuza Passos há dois anos, diz ter recebido todas essas orientações assim que começou a trabalhar no sítio da médica. Com a ajuda de um colega, ele cuida de todas as espécies que lá são cultivadas. “Aqui eu cuido das plantas, molho, faço a poda. Planto, renovo o canteiro e, dessa forma, a gente consegue produzir mais flores.”

Empregada da Comflora há três anos, Nubiana Silva foi contratada para cuidar dos serviços



administrativos da cooperativa, porém o convívio com as plantas, flores e folhagens tropicais despertou nela uma segunda profissão: a de florista. Hoje, elabora belos arranjos, talento que a cooperativa estimula inscrevendo-a em encontros e seminários. “Me descobriram como florista aqui na Comflora, porque até então eu não me via assim”, explica. “Eu me habituei a ver os floristas trabalhando e, de tanto observar, me senti à vontade para elaborar arranjos, que sempre ganhavam elogios. A partir desses estímulos, passei a aprimorar as minhas técnicas de montagem e a participar de encontros com os

cooperados. Hoje, sim, posso dizer que sou uma florista.”

PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO

Para incentivar o desenvolvimento da cooperativa, a unidade alagoana da OCB integrou a Comflora no Programa de Acompanhamento de Gestão Cooperativa (PAGC). O projeto é uma iniciativa do Sescoop em parceria com as unidades estaduais, e tem foco nos aspectos legais e societários da cooperativa.

O presidente do Sistema OCB/AL, Marcos Rocha, explica que o

programa funciona como um diagnóstico das cooperativas e oferece, anualmente, orientações técnicas, elaboração e acompanhamento de planos de melhoria. As oportunidades identificadas no PAGC auxiliam a cooperativa a melhorar suas práticas de governança e a aumentar sua segurança jurídica.

“Esse trabalho contempla o preenchimento de um questionário que tem a função de analisar a conformidade da cooperativa com o estatuto, livros e registros obrigatórios, procedimentos das assembleias gerais e dos conselhos, fundos e atribuições”, detalha. “Após a conclusão, um relatório com resultados e indicadores é

gerado e entregue à cooperativa com as devidas orientações de ajustes de melhorias, caso necessário.”

QUALIFICAÇÃO

Representantes da Comflora participam, constantemente, de eventos focados em qualificação profissional, como encontros e congressos. “É um processo de desenvolvimento da prática profissional”,

reforça a superintendente do Sistema OCB/AL, Márcia Túlia Pessoa. “Além disso, os participantes sempre oferecem oficinas sobre o que aprenderam para outras cooperativas interessadas, então se tornam multiplicadores do conhecimento adquirido.”

A presidente da Comflora reconhece que o apoio do Sistema OCB/AL é fundamental: “O mercado de flores é bem definido no Brasil, por

isso é importante participarmos de eventos. Durante dois anos, conseguimos colocar uma de nossas flores como tendência e isso teve um peso positivo para nós. Hoje, a gente tenta adaptar a nossa produção às tendências lançadas em feiras e congressos. É o momento em que nossos floristas adquirem conhecimento para fazer a adaptação dos arranjos tradicionais com as flores tropicais.” ■

BELEZA INCOMUM

Com formas, cores e tamanhos dos mais variados, as orquídeas fazem parte da ordem das Asparagales, uma das maiores famílias de plantas existentes no mundo. Podem ser vistas em todos os continentes - com exceção da Antártida -, predominando nas áreas tropicais. Crescem sobre as árvores, que utilizam como apoio para buscar a luz, porém não são plantas parasitas: nutrem-se apenas do material em decomposição que, ao se desprender das folhagens e dos troncos, acumula-se em suas raízes. São mundialmente conhecidas por sua beleza exótica, razão pela qual grande parte de suas variedades é utilizada com finalidade ornamental.

* Conheça mais sobre a produção da cooperativa no site www.comflora.com.br





Ivo Vanderlinde, o Senhor Cooperativa

Com mais de 40 anos de vida pública, o catarinense sempre atuou ao lado de lideranças que garantiram conquistas ao cooperativismo brasileiro

Bruno Spada



Quando a trajetória pessoal de um homem resulta em uma biografia eminentemente política, nome e história se confundem. É o caso do catarinense Ivo Vanderlinde, da pequena localidade de Braço do Norte, distrito de Pinheiral, em Santa Catarina. Há mais de 40 anos na vida pública, ele foi apelidado de “Senhor Cooperativa” por Ulysses Guimarães - uma forte referência do Parlamento e da democracia brasileira.

Seu percurso não apenas coincide com as grandes conquistas do movimento cooperativista, mas também o situa como efetivo e engajado motivador dos marcos legais que até hoje orientam esse importante setor, especialmente

como deputado federal no momento da Constituinte e no período subsequente. O trabalho comprometido como líder do setor agrícola e gestor público acabou por lhe render outra alcunha, dessa vez por parte do ex-governador e senador catarinense Luís Henrique da Silveira: “Cooper Ivo”.

Criado em uma família de imigrantes holandeses dedicados à agricultura, o mais velho de 13 irmãos admite que já nasceu com “a alma de roceiro”, mantendo-a até hoje por “gosto e vocação”. Tanto que, mesmo morando atualmente em Itapema, cidade litorânea a 60 km de Florianópolis, faz pouca questão de ir à praia, dedicando-se mesmo a seu pedaço de terra, o sítio São Jorge.

ENVOLVIMENTO COM A CAUSA

Mas foram as suas iniciativas como dirigente cooperativista, administrador público e parlamentar que lhe conferiram projeção e reconhecimento. Entre 1971 e 1977, organizou e presidiu cooperativas de grande expressão produtiva e econômica, como a Agropecuária de Rio do Oeste, a Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí (Cra-vil), a Central Agrícola Vale e a Eletrificação Rural do Vale do Itajaí. Paralelamente, foi vice-presidente (1971-1973) e presidente (1973-1979) da Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), tendo fundado e também estado à frente, nesse último período, do Instituto Técnico das Cooperativas de Santa Catarina (ITEC).

“Sem dúvida, o que empreendemos na década de 1970 foi essencial para estruturar e fortalecer o setor no estado, hoje entre os mais consolidados no país”, avalia. Ele destaca, ainda, a importância da emancipação das cooperativas, que, até então fiscalizadas pelo In-cra, saíram da tutela do governo federal, o que configurou uma evolução no movimento. “O ano de 1971 configurou um marco divisor para o cooperativismo catarinense com a criação da Ocesc, que veio a se tornar um braço significativo da OCB, coordenando ações que são referência em todo o país, cujos resultados são visíveis no desenvolvimento econômico e sustentável das entidades associadas”, orgulha-se.

POLÍTICA COMO MISSÃO

“Assumi a política na minha vida como um chamado, uma missão, pois minhas bandeiras sempre foram muito claras”, afirma. Com dois mandatos eletivos na Câmara dos Deputados e especial destaque no “rico momento da Constituinte”, a escolha de seu nome para representar as cooperativas agrícolas catarinenses, lembra, surgiu como “natural e quase inevitável”. Assim ele foi eleito deputado federal por seu estado pelo PMDB (1983 - 1986).

À mesma época, Vanderlinde tornou-se membro da Comissão de Agricultura e Política Rural, que presidiu no biênio 1984-1985, e suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados. Fiel ao seu ideário de-

mocrático, empenhou-se pessoalmente no movimento pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República em novembro de 1984.

Mesmo com a vitória, o presidente eleito Tancredo Neves não chegou a tomar posse, falecendo poucos meses depois. Dessa fase, Ivo guarda lembranças especiais, que acabaram por resultar em uma real contribuição para os quadros políticos e espaços decisórios do país: “Como era muito amigo do Tancredo, tive a oportunidade de sugerir o nome do Pedro Simon, à época senador, para o Ministério da Agricultura. Fiz a mesma gestão junto ao Álvaro Dias, presidente então da Comissão de Agricultura do Senado”.

REFERÊNCIA NACIONAL

Mas o seu mais indisfarçável orgulho, que chega a brilhar em seus olhos claros, foi mesmo a sua relação com Ulysses Guimarães, “uma amizade fundada em absoluto respeito e afinidade de caráter e de ideais”. Já no seu segundo mandato, Vanderlinde, indiscutivelmente uma referência nacional nos assuntos relacionados a agricultura e cooperativismo, recebeu, diretamente do parlamentar, uma missão. Ele cita as palavras que lhe foram ditas pelo próprio Ulysses: “Além de conhecimento do setor, preciso de um homem incorruptível para uma missão em que grandes interesses serão contrariados. Confio na sua competência e honestidade”.



Sua incumbência - alcançada com êxito - foi a de acabar com o monopólio estatal do trigo. Com esse intento, promoveu, então, uma reunião em São Paulo com todos os setores envolvidos - donos de moinho, os panificadores e as cooperativas do ramo de produção trigueira - para a elaboração de uma Medida Provisória aprovada em tempo recorde no Congresso Nacional.

Na incansável luta pelos ideais cooperativistas, outro grande momento de sua carreira política transcorreu em 1976, período em que estava à frente da Ocesc. No ano anterior, foi criado o Procap, lei de incentivos fiscais, que excluía as cooperativas da modalidade de recolhimento do ICMS. “Era uma lei discriminatória, afinal o rápido crescimento do setor cooperativista na década de 1970 não era bem-visto por alguns segmentos agropecuários”, analisa. “Botei a boca no trombone, liderando, então, um grande movimento de protesto, o que acabou por repercutir na imprensa e opinião pública, em geral”.

Na busca de um acordo, não restou ao então governador Antônio Carlos Konder outra alternativa senão a de chamá-lo em seu gabinete. Formou-se uma comissão com representantes de cooperativas e do governo para a apresentação de uma proposta conjunta de adaptação da medida. Finalmente, a lei foi modificada com o objetivo de possibilitar às cooperativas o acesso ao crédito, o que levou muitos ganhos ao setor. Os incentivos fiscais foram os grandes responsáveis pela expansão da rede de armazéns e silos, bem como o processo de in-



O rápido crescimento do setor cooperativista na década de 1970 não era bem-visto por alguns segmentos agropecuários. Botei a boca no trombone, liderando, então, um grande movimento de protesto, o que acabou por repercutir na imprensa e opinião pública em geral. ”

dustrialização decorrente, aumentando, assim, a remuneração dos associados e a competitividade das cooperativas.

APOIO ÀS CLASSES RURAIS

Em meio ao segundo mandato na Câmara dos Deputados, Vanderlinde licenciou-se por menos de um ano, de março de 1989 ao início de 1990, para assumir o cargo de secretário de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Santa Catarina. Não declinou do convite do governador Pedro Ivo Campos por considerar a importância política da nova missão, de natureza executiva, e as efetivas e diretas oportunidades de intervenção no cotidiano dos agricultores. Descentralizou a secretaria, possibilitando um entrosamento maior com os sindicatos, cooperativas e associações de produtores rurais das mais distintas regiões do estado.

Em sua incessante diligência em prol das classes rurais, ocupava a presidência da cooperativa Cravil quando lhe ocorreu lançar o Movimento Ruralista Catarinense - MRC. Era uma iniciativa sem vinculação partidária que contou com grande adesão dos agricultores catarinenses e que, conforme lembra, se fez “muito importante na conscientização de se fazerem representados também politicamente e se imporem como categoria social”.

Uma das suas maiores conquistas logradas em sua caminhada legislativa, avalia, foi a inserção na Constituição de uma demanda histórica dos agricultores: a justa e es-



Assumi a política na minha vida como um chamado, uma missão, pois minhas bandeiras sempre foram muito claras. ”

Bruno Spada



perada aposentadoria para o agricultor - 60 anos para o homem, 55 para a mulher - com salário mínimo integral. Entre as inúmeras contribuições empreendidas em seus mandatos parlamentares, uma de grande relevo foi sua gestão na Frente Parlamentar do Cooperativismo, para a qual o seu nome foi escolhido para acolher as principais reivindicações do setor.

ATUAÇÃO MARCANTE

Composta por 220 parlamentares constituintes, sua coordenação, ao lado de representações da Frente Parlamentar do Cooperativismo e de nomes como os do líder cooperativista Roberto Rodrigues e Vergílio Perius, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs), foi muito bem-sucedida.

A partir dela, foi possível incluir na nova Carta Magna quatro dos cinco pontos indicados pela OCB: a autogestão, com o fim do controle da gestão estatal sobre as cooperativas; o apoio institucional ao movimento; o tratamento tributário do ato cooperativo; a isonomia das cooperativas de crédito com as demais instituições do Sistema Financeiro e a obrigatoriedade do ensino cooperativista nas escolas públicas do país. Somente a última proposta não foi acatada, explica, “devido ao imenso e concorrido volume de demandas na área”.

Os números confirmam a extensão da sua atuação na Constituinte. Como membro das subcomissões da reforma agrária, do sistema tributário e dos direitos dos trabalhadores, Vanderlinde apresentou 194 propostas, com 45 encampadas. Uma iniciativa legisla-

tiva vertida em realidade, em 1990, foi a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, no estado catarinense. Atualmente com uma média de 500 alunos, a instituição, afiança ele, “é uma das melhores do país”.

Presença coerente, comprometida e marcante no cenário político nacional, o propósito de Ivo Vanderlinde sempre foi incorporar a luta do agricultor. Com quase 75 anos de idade, seis filhos - “já criados”, diz -, 13 netos e dois bisnetos, ele se define como uma pessoa realizada. E o cooperativismo agradece a obstinação do “Senhor Cooperativa”, gestor, formulador e desenvolvimentista que sempre perseguiu, como sua verdade e horizonte, a dignidade e a geração e distribuição de riqueza para o homem do campo, assim honrando, admiravelmente, a sua humilde e valerosa tradição de colono. ■



RENOVAÇÃO, uma prática cooperativista

Programa que incentiva os funcionários a buscar soluções traz benefícios para cooperativa e comunidade

Em um cenário econômico adverso e cada vez mais competitivo, um novo modelo de gestão e de negócios vem se desenhando. Somando-se a uma feição organizacional diferenciada que privilegia a participação democrática, a responsabilidade social e o interesse pela comunidade, o cooperativismo brasileiro desponta também no quesito inovação. Em Medianeira, no Paraná, a cooperativa LAR, com esse foco, relançou, neste ano, o seu Programa de Inovação.

Parte-se do pressuposto de que o empreendedorismo requer criatividade e capital intelectual - matéria-prima para ganhos substanciais e compartilhados, resultando em otimização da produção e ex-

pressivas reduções de custo. Para tanto, a cooperativa incentiva os próprios funcionários a encontrar soluções que têm gerado significativas economias para o complexo agroindustrial.

O Programa Fixo de Inovação aposta na criatividade dos seus funcionários em propor melhorias diversas na cadeia produtiva. Além de resultados econômicos e logísticos a partir das inovações realizadas pelas áreas de negócio da cooperativa e a incorporação progressiva da inovação como um valor para os funcionários, a ação pretende aproximar a LAR de instituições de ensino. Esse intercâmbio vai permitir que alunos de graduação e pós-graduação possam colaborar na execução de projetos da

indústria de alimentos, em todas as áreas de negócio da cooperativa.

Pelo programa, é fundamental gerir a interação e o relacionamento com o público externo, de modo a constituir um ambiente voltado à pesquisa e à avaliação de oportunidades. Tudo transcorre de acordo com as necessidades e direcionadores estratégicos da organização - parceiros, fornecedores, instituições, universidades, centros de pesquisa e profissionais do mesmo campo técnico e científico.

TODOS JUNTOS

Em 2007, em caráter pioneiro, foi implementado o projeto Economize na Crise, que, com grande interesse e adesão dos funcionários,

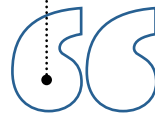
resultou em ações efetivas que auxiliaram financeiramente a cooperativa, gerando uma economia superior a R\$ 1 milhão. O diretor-presidente da cooperativa, Irineo da Costa Rodrigues, comemora: “A inovação faz parte da cultura da LAR. Temos uma bela história em produtos, serviços e processos que nos diferenciam e nos levam a melhores resultados.”

Na segunda edição do projeto, em 2015, a estimativa era alcançar uma redução de custos na ordem de R\$ 1,5 milhão, bem como uma participação em torno de 100 funcionários. Coordenada por Márcia Pessini, responsável pela Área de Gestão da Qualidade, a iniciativa ultrapassou as expectativas: foram 226 funcionários envolvidos, além de uma economia de R\$ 12,6 milhões para a cooperativa. A partir do slogan de que “inovar é o que garante a competitividade a longo prazo”, foram contempladas as três melhores ideias com prêmios que somaram R\$ 10 mil. Para Márcia, “a economia não está restrita apenas a períodos de crise, ela deve ser encarada como um processo constante”.

IDEIAS VENCEDORAS

Por meio do Comitê de Inovação, foi possível o lançamento de ideias voltadas à redução de custos, ao aumento de produtividade e a melhorias de *layout* nos produtos da cooperativa. As equipes com melhor classificação receberam, respectivamente, R\$ 1,5 mil, R\$ 2,5 mil e R\$ 6 mil.

Tanto a solução campeã quanto as outras duas vieram de funcionários da Unidade Industrial de Aves (UIA), que é a maior unidade da cooperativa. Na mesma linha, dentro do Programa Economize na Crise, a segunda colocação sugeriu a diminuição da mão de obra e melhorias ergonômicas por meio da readequação de *layout* na embalagem secundária para o processo de envelopados - estimando, assim, reduzir os custos em R\$ 1,3 milhão ao ano. Em terceiro lugar, destacou-se a proposição de alteração do sistema de embalagens de cortes de carne do tipo *steak*, prevendo uma economia anual de R\$ 540 mil.



A inovação faz parte da cultura da LAR. Temos uma bela história em produtos, serviços e processos que nos diferenciam e nos levam a melhores resultados. ”

IRINEO DA COSTA RODRIGUES,
diretor-presidente da cooperativa LAR



A ideia campeã trouxe novas formas de aproveitamento do retalho de peito da ave gerado pelo processo de desossa automático, resultando em uma economia anual de quase R\$ 2 milhões. Nilvan Bolduan, Fábio Rufino e Edmar José de Carvalho foram os ganhadores, agraciados com o prêmio e uma placa de homenagem. Depois da UIA, os núcleos com o maior número de ideias consideradas viáveis foram a Unidade Industrial de Soja e a Unidade Produtora de Pintainhos. Pelas prospecções, o conjunto de soluções apresentadas precisará apenas de dois meses de investimentos para o retorno esperado. “É uma forma inteligente, racional, inovadora de combater a crise com ideias que brotam do ambiente de trabalho, no qual o funcionário é o mais credenciado a saber identificar o que e onde economizar”, avalia Irineo Rodrigues.

Vencedores do projeto Economize na Crise: com adesão dos funcionários, uma boa ideia resultou em economia de mais de
R\$ 1 milhão

PESQUISA E INOVAÇÃO

Para implementar essas ações de modo estratégico e continuado, a LAR estruturou, também neste ano, um Comitê de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), que assume as seguintes atribuições: reestruturação do portfólio de produtos (desenvolvimento de novos produtos, além da revisão da composição, especificações e dos dados da embalagem dos itens); proposição de alterações nas formulações de produtos (quantidade de matéria-prima, opções de ingredientes, implantação de novas tecnologias, etc); busca de novos fornecedores para os insumos utilizados nos itens de produção própria; sessões periódicas de *brainstorm* para a geração de ideias, com foco em produtos; e avaliação sistemática de sugestões de clientes e fornece-



É uma forma inteligente, racional, inovadora de combater a crise com ideias que brotam do ambiente de trabalho, no qual o funcionário é o mais credenciado a saber identificar o que e onde economizar.

IRINEO DA COSTA RODRIGUES,
diretor-presidente da cooperativa LAR



Divulgação



Divulgação

Participantes do Programa Fixo de Inovação: intercâmbio com estudantes aprimora a interação com o público externo e estimula a pesquisa.

dores para a melhoria e o desenvolvimento de insumos e produtos da LAR.

MELHORIA DOS RESULTADOS

Após dois anos de projetos voltados a melhorias contínuas, a LAR lançou, em 2015, outra iniciativa de porte e alcance: o Programa de Melhoria dos Resultados Industriais - PMRI, iniciado na Unidade Industrial de Aves. Na ocasião, foram avaliados os índices que evoluíram na indústria de frango em resultados de produtividade, economia e cultura organizacional após implantação de projetos idealizados com esse propósito.

Em dois anos, entre workshops e palestras, os funcionários da indústria de aves desenvolveram mais de 80 projetos, dos quais mais da metade já foi implantada, somando benefícios na ordem de R\$ 20 milhões anuais. Pela dinâmica, os funcionários se reúnem em grupos, realizando estudos de causas e efeitos, bem como prospecções fundamentadas, até chegarem à identificação de oportunidades, custos e retorno financeiro de investimentos. Com isso, sugerem soluções que vão desde redução de gastos com embalagens, reaproveitamento de caixas de papelão, água, cortes diferenciados de frango, entre outros. Agora com a expansão da inovação, o PMRI

será implantado nas Unidades Industriais de Soja, Mandioca e Milho e Rações.

Na perspectiva efetiva - e comprovada - de gerar habilidades, produtos e processos mais eficientes nas rotinas de produção, o Programa de Inovação da cooperativa LAR tem investido, junto a seu corpo de funcionários, em um modelo de negócios baseado na lógica e na dinâmica da economia criativa. "É o melhor modo de se construir conhecimento, pois, assim, agregamos valor a tudo que geramos", conclui o diretor-presidente. "Nossa cooperativa é formada por pessoas, e é esse o capital que faz a diferença." ■



*GDH promove maior
interação entre unidades do
Sescoop no país*

COOPERATIVAS BEM ALINHADAS



Com essa ferramenta, é possível um acompanhamento sistemático e padronizado dos projetos nacionais. ”

GEÂNE FERREIRA,

gerente de Desenvolvimento Social do Sescop



PANORAMA NACIONAL

9 UNIDADES

estaduais já utilizam a ferramenta
(PR, GO, SP, ES, BA, RJ, CE, PB e TO)

5 UNIDADES

estaduais treinadas em 2016
(AP, MS, PE, RN e RO)

TOTAL DE 14 UNIDADES ESTADUAIS



O crescimento do empreendedorismo pautado pela participação democrática e compartilhamento de resultados vem exigindo, progressivamente, novas estratégias de gestão que fomentem a já bem-sucedida e consolidada cultura cooperativista brasileira. Originalmente idealizado, testado e executado pela unidade estadual do Sescop no Paraná, há mais de 10 anos, o Sistema Autogestão - GDH (Gestão de Desenvolvimento Humano) foi encampado pela unidade nacional do Sescop, configurando base para o desenvolvimento de um projeto para todo o Sistema e a consequente implantação da ferramenta em outras 13 unidades estaduais desde 2014. Trata-se de um *software* capaz de administrar, organizar e consolidar as ações de treinamentos e de programas de formação e desenvolvimento social, tanto pelas unidades estaduais quanto pelas cooperativas.

Geâne Ferreira, gerente de Desenvolvimento Social do Sescop, área responsável pela implantação nacional do sistema e capacitação dos técnicos nos estados, explica que o Sistema GDH permite ainda o acompanhamento da execução, o fechamento e a prestação de contas dessas ações, bem como a emissão de certificados de participação e o levantamento das capacitações e dos beneficiários com as respectivas cargas horárias.

“Com essa ferramenta e a capilaridade que ela assume, é possível, de modo confiável e eficiente, um monitoramento sistemático e padronizado dos projetos nacionais, a exemplo do Formacred, Cooperjovem e ações do Dia C”, aproveitando para complementar que “esses relatórios orientam, ainda, a definição de novas ações para cooperativas e de eventuais ajustes dos programas”.

“A partir do GDH, são gerados relatórios gerenciais e operacionais, o que agiliza o controle da distribuição de recursos, do grau de execução física e financeira, do índice de participação e representação das cooperativas nas atividades. A gerente destaca que, com a padronização dos processos, há um ganho na confiabilidade e na segurança da informação. São Paulo foi o primeiro estado a aderir ao GDH dentro do processo de nacionalização e, até o fim de 2016, serão 14 unidades já utilizando o sistema.



Bruno Spada



A fim de assegurar bom funcionamento e maior dinamismo do GDH, dois atores são fundamentais para o lançamento e acompanhamento das ações no sistema: o analista da unidade estadual e o Agente de Desenvolvimento Humano (ADH) da cooperativa. São eles os técnicos responsáveis pela operacionalização do sistema.

PARANÁ, UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA

O que hoje está inovando as rotinas organizacionais de unidades do Sistema OCB, bem como de cooperativas em diversos estados, já configura realidade testada

e aprovada no Paraná. Desenvolvida inicialmente pelo Sescop/PR, a implantação da ferramenta GDH resultou de “um processo natural, uma necessidade de gestão”, analisa Camila Hamasaki, analista de Desenvolvimento Humano da unidade estadual.

“No início, em 1999, os controles e acompanhamentos eram todos no Excel. Já em 2004, uma parte do sistema funcionava na internet, a partir da qual as cooperativas faziam o input de dados. “Após pesquisas de softwares adequados à realidade do setor, chegamos, enfim, a uma plataforma ideal, que evoluiu para o GDH, compreendendo uma interface web e outra com o controle interno das ações”. Em

2010, foi iniciado o levantamento de requisitos; e, no ano seguinte, aplicaram-se os testes. Já em 2012, foram realizados os treinamentos com as cooperativas do estado. Hoje, participam do sistema cerca de 50, principalmente as que contam com ações descentralizadas apoiadas pelo Sescop.

“O nosso jeito de trabalhar não mudou, pois, em primeiro lugar, vem o processo, depois a ferramenta”, acentua Camila. “No entanto, dispomos agora de vantagens operacionais que facilitam a vida de todo mundo. Antes, as cooperativas nem conseguiam extrair relatórios de acompanhamento, ou seja, para operacionalização e monitoramento das ações de treinamento e programas de formação, o GDH se mostra fundamental.”

No compartilhamento de boas práticas de gestão, a analista destaca o encontro realizado no início deste ano na unidade da OCB em São Paulo (Ocesp), onde os agentes de desenvolvimento humano das cooperativas do estado já utilizam o sistema. “Nesse momento apresentamos nossa experiência a técnicos do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Goiás. Foi uma troca muito rica, afinal são eles que conhecem as especificidades, as demandas do dia a dia, e o nosso objetivo maior é destinar esse investimento às cooperativas, para que o sistema cresça como um todo”, avalia. Camila Hamasaki lembra que o sistema contempla também importantes ações de promoção so-

cial, a exemplo dos programas de liderança jovem, feminina, o Cooperjovem e o próprio Dia C.

ESPÍRITO SANTO

Cooperativas capixabas também já estão se apropriando dos recursos do software GDH. O curso foi realizado em maio deste ano com o apoio unidade nacional do Sescoop. No total, oito cooperativas participam do sistema. “Além de gerar maior agilidade na produção e acompanhamento de informações relativas a diversas ações do setor, essa ferramenta nos chegou como um presente”, destaca Marcos Vinícius Martins dos Passos, analista de desenvolvimento humano e administrador do GDH na OCB/ES.

“Agora dispomos de informações mais compiladas, acessos facilitados a processos e controles, bem como a praticidade tão esperada no cumprimento das atividades rotineiras”, informa. “Ganhamos ainda em agilidade na tramitação dos processos internos e na diminuição do papel. No âmbito das cooperativas, por exemplo, era flagrante a falta de padronização nos processos, pois havia vários modelos de prestação de contas e de listas de presença. Atualmente dispomos de um único layout”. Até então, explica Passos, havia dificuldade na alimentação, trato e controle da informação. “A busca era manual, pois, para sabermos mais sobre cada participante ou curso,

tinhamos de consultar lista por lista de presença.”

Outro ganho inegável agregado pela ferramenta é a incorporação, no sistema, do orçamento voltado para treinamento e formação, concentrando, assim, em uma única plataforma, as gestões de planejamento, de execução física e orçamentária, bem como a prestação de contas. É o que torna possível a geração unificada de relatórios por tema e projeto estratégico. “Antes tudo era disposto de modo disperso em planilhas isoladas”, situa o analista capixaba. “Para 2017, complementa ele, a meta é treinar os agentes de mais 120 cooperativas.

MAIS AGILIDADE

Segundo a gerente de Desenvolvimento de Cooperativas da OCB/PB, Ana Margarida Formiga, o sistema permite agilizar o contato entre as cooperativas e o Sescoop.

“Com o novo sistema, antecipamos várias etapas nas ações de treinamento, com confiabilidade, velocidade e transparência.”

O ganho, acentua a gerente, se estende a todos – tanto para as unidades estaduais do Sescoop quanto para as cooperativas. “A cada final de ano, precisamos repassar ao Ministério do Trabalho o controle de informações de cada curso e participante a partir de uma matriz institucional deles”, situa.

“Antes era manual a consolidação dessas informações, ficha por ficha, bem como a emissão de certificados. Hoje, no processo de inscrição em um curso, um clique já basta”. Satisfeita com a nova ferramenta, ela reafirma a importância da tecnologia a serviço da gestão e do desenvolvimento humano: “Torna inegavelmente mais leves, eficientes e produtivos o cotidiano e a missão no sistema cooperativista”. ■

OBJETIVOS DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO SISTÊMICO

- Aprimorar a gestão das ações de formação e promoção social
- Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas
- Garantir comunicação frequente e ágil com seus públicos
- Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos
- Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores





Intercâmbios comerciais, a inserção do cooperativismo

A Argentina e o Brasil foram colonizados pelas monarquias da Península Ibérica, que implantaram um modelo econômico colonial de extração e exploração de sua riqueza em benefício de suas respectivas coroas. Em um primeiro momento, se concentraram na extração de metais preciosos, mas logo se deram conta de que havia grandes possibilidades na fertilidade de suas terras. O gado bovino se espalhou rapidamente pelas pradarias e começou a exploração do sebo, do couro e do charque. Quando ocorreu a independência, ambas as nações abriram a imigração para a exploração de seus vastos territórios despovoados. Isto fez com que o centro-oeste da Argentina e o sudoeste do Brasil se tornassem bastante parecidos em relação a seu desenvolvimento econômico e a sua economia em geral.

Nessas áreas onde se concentram as maiores possibilidades de intercâmbio comercial entre ambos os países, a agroindústria alcançou um alto grau de desenvolvimento. É possível intercambiar tecnologia e pesquisa para melhorar os rendimentos dos extensos campos dedicados à agricultura e mais marginalmente à criação de gado.

A Argentina tem uma extensa bacia leiteira na região norte da pampa úmida, onde estão instaladas as maiores usinas lácteas do país. O Brasil, nos últimos anos, aumentou fortemente sua produção de leite - sem dúvida, nessa área há uma forte possibilidade de intercâmbio comercial, tanto em termos de produção quanto em tecnologia. Na Argentina existem importantes centros privados dedicados à produção e exportação de genética bovina, unidades nas quais se busca permanentemente o melhoramento da raça Holando-Argentina, a mais difundida para a produção de leite.

Nas grandes cidades argentinas, está erradicada a maioria das plantas de produção automotora especializadas em veículos médios, mas, sobretudo, em caminhonetes, para percorrer as grandes regiões produtivas do país. Esse tipo de veículo utilitário é exportado para diversas nações, o que abre outra possibilidade de intercâmbio comercial com o Brasil, que também possui uma indústria automotora muito desenvolvida, basicamente em caminhões. Mesmo que o regime de intercâmbio comercial automotivo dentro do Mercosul tenha sido adequado, falta uma política de longo prazo que

beneficie todas as partes envolvidas, a fim de estabelecer uma estratégia para exportar para o mundo.

A Argentina, na região de Cuyo, possui uma produção vitivinícola importante, com vinhos que alcançaram qualidade internacional. É a região do Malbec como cepa distintiva do país. No Brasil, vem aumentando o consumo de vinho, ainda que isso não chegue a aproximar-se do que significa a cerveja. Não obstante, o consumidor brasileiro começou a apreciar a qualidade dos vinhos argentinos.

O Brasil produz frutas e verduras de qualidade, além de ter variedades que não existem na Argentina, onde o clima não é o adequado. O consumidor argentino, nos últimos tempos, tem incorporado esses produtos à sua dieta cotidiana, criando consciência da conduta alimentar.

O movimento turístico entre ambos os países cresce ano a ano. Os argentinos apreciam as praias brasileiras e, por outro lado, de Bariloche a Mendoza a Argentina oferece aos brasileiros algo pouco característico no Brasil, que é a neve.

Indiscutivelmente, pode-se afirmar que, nos últimos anos, a irmandade de ambos os povos vem crescendo. Ao mesmo tempo, as duas

nações deixaram de se ver como concorrentes e foram entendendo que, unidas, podem extrair maiores e melhores benefícios mútuos em face de um mundo global.

Ante esta situação, ainda que existam cooperativas preparadas para atuar de imediato, é oportuno que se estabeleça um processo de integração, fixando pautas ou estabelecendo parâmetros. As portas estão abertas. É necessário um trabalho em conjunto para que um transmita ao outro suas experiências bem-sucedidas em cada uma de suas áreas, que ocupam uma amplíssima gama da economia.

As cooperativas do Brasil possuem processos integradores em suas cadeias produtivas e também têm estruturados serviços de capacitação para seus recursos humanos. A Argentina deve aprender com eles, e talvez possa oferecer difusão e educação que tendam a criar a conscientização de seus associados.

Atualmente, existem diversos contatos entre cooperativas individuais e alguns em níveis superiores, como no âmbito da produção primária, da indústria da carne, dos seguros e da capacitação e transferência de conhecimentos. Esses últimos repercutem no bem-estar da sociedade e/ou comunidade em que atua cada uma dessas cooperativas.

Provavelmente, a atual abertura institucional em ambos os países facilitará os contatos. As cooperativas devem esforçar-se não só para gerá-los, mas também para que sejam frutíferos. Temos, enfim, que saber cooperar de maneira eficiente. ■



** Raúl Colombetti,
presidente da Casa Cooperativa de Provisión Sunchales Ltda.
Sunchales, Capital Nacional do Cooperativismo, Argentina*



SESCOOP PARTICIPA DE DEBATES SOBRE COOPERATIVISMO NO CANADÁ

Em Quebec, no Canadá, um dos destaques da III Cúpula Internacional de Cooperativas, realizada em outubro, foi a apresentação de painéis que reforçam a capacidade de mudar realidades, característica do cooperativismo.

O Sescoop teve dois trabalhos selecionados pela comissão coordenadora e marcou presença no evento com a exposição dos temas por integrantes da sua equipe técnica. Guilherme José Gonçalves (**foto**), analista de Desenvolvimento Social do Sescoop, falou sobre Organização do Quadro Social em cooperativas e a relevância de se promover atividades voltadas a jovens lideranças. Seu artigo tinha como tema: “Mudando realidades e construindo o futuro: as contribuições do JovemCoop para a formação de jovens e para as cooperativas do Paraná”. Anderson dos Anjos, que já atuou no Sescoop como analista de Desenvolvimento da Gestão de Cooperativas, falou sobre o artigo “A inclusão do cooperativismo no Plano de Educação Básica Brasileiro: perspectivas para a formação das gerações futuras e para o movimento cooperativista no país”.

SESCOOP OFERECE CURSO EM GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS

O cooperativismo tem um papel importante na inclusão financeira de milhões de brasileiros, mas para que esse processo seja ainda mais eficiente, é preciso, ao mesmo tempo, investir em ações de educação financeira. E esta é a proposta do curso de formação de facilitadores em gestão de finanças pessoais desenvolvido pelo Sescoop em parceria com o Banco Central do Brasil. Só este ano, 257 pessoas foram capacitadas, reunidas em 10 turmas compostas por representantes de unidades do Sistema OCB, de cooperativas e, ainda, de instituições parceiras. A ideia é que eles possam auxiliar os cooperados a lidarem com suas finanças pessoais de forma proativa e responsável. Ministrado por analistas do Banco Central, o curso deve formar, até o fim deste ano, 100 facilitadores. Em 2017, o programa será apresentado a mais cooperativas do Sistema, com a previsão de mais 25 turmas, em diferentes estados. O objetivo é preparar facilitadores e o público final: cooperados, funcionários de cooperativas e familiares.



COOPERATIVISMO DE CRÉDITO GANHA PUBLICAÇÃO ESPECIAL

Um dos momentos de destaque do 11º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), realizado no Rio de Janeiro, foi o lançamento do livro *Cooperativismo de Crédito - Boas práticas no Brasil e no mundo*. A publicação é fruto de um projeto de prospecção de boas práticas focadas no Ramo Crédito, elaborado pelo Sistema OCB em parceria com o Banco Central do Brasil. O trabalho reuniu um grupo de servidores do BCB, Ministério da Fazenda e gestores cooperativistas que visitaram cooperativas de crédito entre Brasil, Canadá, Alemanha, França e Holanda. “Nossa satisfação com esse projeto é tanta que queremos ampliá-lo aos outros ramos do cooperativismo”, destacou o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.



“CONHECER PARA COOPERAR” E FORTALECER O MOVIMENTO

Eis uma iniciativa que vai contribuir para a competitividade e o crescimento sustentável do cooperativismo agropecuário brasileiro. O projeto Conhecer para Cooperar, promovido pelo Sistema OCB, aposta no conhecimento mais aprofundado dos valores e do modelo de negócio desenvolvido nas cooperativas agropecuárias para fortalecer o movimento no país. A ideia é fazer isso a partir de visitas técnicas, contando com a participação de representantes de organismos e entidades responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas à área de crédito rural. Fazem parte da equipe, integrantes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bancoob, Sicredi, ministérios da Agricultura e da Fazenda, Universidade de São Paulo (USP-Pensa), BRDE, BNDES e Banco Central do Brasil. O grupo também é composto por membros das cooperativas Coplana, Cooxupé e Cocamar. Pelo projeto, eles já visitaram as cooperativas Cotrijal, CCGL, Cotripal, Cooperalfa, Aurora, Frimesa, Copacol, Coamo, Coplana, Cooxupé, Comigo e Cocamar. .

ESPECIALISTAS DEBATEM DIREITO COOPERATIVO

Direito Cooperativo foi o tema central de um seminário realizado pela OCB, na Casa do Cooperativismo, no mês de setembro, em Brasília (DF), com a participação de juristas e estudiosos do cooperativismo. Entre os tópicos discutidos, tiveram destaque “Tratamento do capital social de cooperativas e as normas internacionais de contabilidade - experiência da Argentina” e o Código de Defesa do Consumidor e sociedades cooperativas: a não incidência das regras consumeristas na relação com os cooperados”. Os painéis foram apresentados por especialistas ligados à área acadêmica, a departamentos jurídicos de cooperativas, assim como a escritórios especializados.

RAMO TRANSPORTE TEM NOVOS MANUAIS

Orientar os profissionais das cooperativas e os prestadores de serviço sobre padrões nos processos contábil, tributário, fiscal e operacional, garantindo o atendimento às legislações específicas. Com este objetivo, o Sistema OCB lançou os manuais Operacional, Contábil e Tributário do Ramo Transporte. São publicações desenvolvidas com apoio de um grupo técnico constituído com representantes de todas as regiões do país, que também fizeram visitas técnicas às cooperativas para compreender seu modo de operação no atual cenário produtivo. Os manuais podem ser acessados pelo endereço - manuais.brasilcooperativo.coop.br.



Roberto Rodrigues,

coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador Especial da FAO para o Cooperativismo Mundial e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Estudos no Japão

Ainda no primeiro mandato à frente da OCB, recebi um convite da Agência Internacional de Cooperação do Japão (Jica) para acompanhar um grupo de presidentes de cooperativas agropecuárias brasileiras que iriam àquele país conhecer o movimento cooperativista japonês, seus modelos de gestão e difusão de tecnologia e também a política agrícola lá praticada. E a própria Jica selecionou as lideranças que viajaram, sendo que muitas delas jamais tinham saído do Brasil ou mesmo realizado grandes voos nacionais.

Foram cerca de 15 dias de intenso aprendizado. Tanto as aulas teóricas que recebemos quanto as visitas a diversas regiões do Japão representaram um notável aprendizado. Já então a agricultura japonesa era vigorosamente subsidiada pelo governo, especialmente em função de a propriedade agrícola ser muito pequena, pouco mais de dois ou três hectares, salvo na ilha de Hokaido.

Mas dois fatos foram muito marcantes naquele curso.

Depois de uma travessia de mais de 25 horas via Los Angeles, chegamos a Tóquio ao amanhecer, e muitos dos viajantes estavam visivelmente exaustos e tresnoitados.

Chegando ao hotel, fomos recebidos por um funcionário da Jica que reuniu toda a turma antes mesmo de fazer o *check-in* e disse mais ou menos o seguinte: “Os senhores têm 40 minu-

tos para se arrumarem um pouco. Depois disso os espero aqui no saguão do hotel para discutirmos sua programação. Mas atenção: 40 minutos japoneses e não brasileiros”.

A nossa fama de atrasar nos precedera, e logo de cara levamos um puxão de orelha por isso. Depois que o rapaz saiu, fiz um apelo ao nosso pessoal para não nos atrasarmos em nada. E isso foi cumprido rigorosamente: nenhum companheiro atrasou em nenhuma parte do programa.

Mas o outro fato foi mais divertido. A programação era rígida, muitas palestras e discussões, uma viagem em cima da outra, e o tempo foi ocupado inteiramente, sem espaço para descanso. A tradução simultânea também cansava, especialmente aos não treinados nessa questão. E tome comida japonesa, no desjejum, no almoço e no jantar. E a turma foi enjoando, por melhores que fossem as refeições servidas - e eram ótimas.

Depois de 12 dias nesse regime oriental, fomos a Sapporo, em Hokaido. Chegamos no sábado à tarde e nos deram o resto do dia livre. Por volta das seis da tarde, bateram na porta de meu quarto. Quando abri, estavam uns cinco dirigentes me olhando ansiosos, e um deles falou por todos: “Será que hoje a gente pode comer uma pizza? Por favor!”

E todo mundo foi ruidosamente para uma raríssima pizzaria que já tinha sido vista pelo caminho. ■



Sistema**OCB**

CNCOOP - OCB - SESCOOP

Melhor qualidade

Fabricado no Brasil

Garantida

CATÁLOGO BRASILEIRO DE COOPERATIVAS EXPORTADORAS

Que o cooperativismo vai longe, você já sabe.
Nossos produtos chegam a vários países
e culturas diferentes. São mais de
US\$ 5 bilhões em exportações.

Acesse o Catálogo Brasileiro de Cooperativas
Exportadoras - uma publicação anual
do Sistema OCB, disponível em sete idiomas.



www.brasilcooperativo.coop.br/site/cbcex



Sistema**OCB**
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Quando se trata de novidade, compartilhar é o que mais vale

Cooperativismo é o nosso negócio e falar sobre ele é
nossa especialidade. Nosso site está de cara nova.
Acesse e confira.

somoscooperativismo.coop.br

